Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

Lista de publicações do Think Tank do PE

https://www.europarl.europa.eu/thinktank

Critérios de pesquisa utilizados para elaborar a lista :

Ordenar Ordenar por data
Palavra-chave "formalidade administrativa"

143 Resultados

Data de criação : 16-04-2024

HOT – A head office tax system for small companies

Tipo de publicação: Briefing

Data: 18-03-2024

Autor: BAERT Pieter

Domínio de intervenção: Fiscalidade

Palavra-chave: ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | direito fiscal | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | espaço de liberdade, segurança e justiça | FINANÇAS | fiscalidade | fiscalidade | formalidade administrativa | imposto sobre as sociedades | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: When businesses start operating across borders, they are faced with a new and unfamiliar corporate tax system in each EU Member State. As a result, businesses with cross-border activities have to spend time and resources on understanding and complying with complex local corporate tax rules. This represents a significant administrative burden, in particular for small companies. To lower tax compliance costs, the European Commission tabled on 12 September 2023 a proposal for a Council directive to establish a head office tax system (HOT) for small businesses. Under HOT, micro-enterprises and small and medium-sized enterprises operating exclusively through permanent establishments would be able to continue to apply their national corporate tax rules – i.e. the rules they are already most familiar with – when they expand across borders. They would also be able to file a single tax return in the Member State of their head office, rather than separate tax returns in the different Member States. This would cut compliance costs and remove an important barrier to the cross-border expansion of small companies in the single market. The proposal is subject to a special legislative procedure, requiring unanimous support in Council, following consultation of the European Parliament and the European Economic and Social Committee. The European Parliament is due to vote its (non-binding) report during the April I plenary session. Second edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure.

Briefing EN

The 'one in, one out' principle - A real better lawmaking tool?

Tipo de publicação: Estudo

Data: 05-10-2023

Autor externo: Helen XANTHAKI

Domínio de intervenção: Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave: ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | construção europeia | crescimento económico | ECONOMIA | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estratégia de crescimento da UE | formalidade administrativa | mercado do trabalho | mercado do trabalho | organização de empresas | poder executivo e administração pública | política económica | política económica | situação económica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: The study submits that ‘One in, one out’ is a tool for less, not better, regulation and legislation, and, as such, it is not a suitable instrument for better law-making.
To achieve effectiveness of legislation, the EU must reform its law-making policy holistically by placing the citizen at the core of its legislative communication. The EP must lead on and defend the citizens’ right to better legislation. To put this reform to effect, the JURI Committee must place itself at the centre of deliberations, via a Working Group dedicated to Better Regulation, to assure a constant reflection on better regulation with the support of a network of European academic experts.
This study was commissioned by the European Parliament’s Policy Department for Citizens’ Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee.

Estudo EN

Improving cross-border cooperation in the enforcement of administrative fines and recovery claims

Tipo de publicação: Estudo

Data: 26-05-2023

Autor externo: Prof. Dr. Marc RÖCKINGHAUSEN and Prof. Dr. Christof MUTHERS

Domínio de intervenção: Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Fiscalidade | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave: ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação transfronteiriça | créditos | DIREITO | direito civil | formalidade administrativa | infração administrativa | poder executivo e administração pública | poderes públicos | política de cooperação | quadro político | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | sanção administrativa

Resumo: This study, commissioned by the Policy Department for Citizens’ Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee, looks into the challenges and possible improvements of administrative cooperation between Member States, as regards cross-border enforcement of administrative fines and recovery claims. Legal instruments to facilitate transnational cooperation are necessary. Also the terms ‘fine’ and ‘recovery claim’ are often subject to different definitions in the Member States. Framework Decision 2005/214/JHA works for offenses regulated therein. Measures to improve cooperation are allowed by Article 82(1) TFEU but administrative authorities are regularly not judicial authorities. Amendments can be based on Article 114(1) TFEU if they serve to supplement provisions on information, service and enforcement assistance.

Estudo EN

Síntese DE, EN, ES, FR, NL

Corporate sustainability reporting directive

Tipo de publicação Em síntese

Data 07-11-2022

Autor SPINACI STEFANO

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários

Palavra-chave AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação de dados | desenvolvimento sustentável | direito da União Europeia | ECONOMIA | economia verde | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | organização de empresas | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política ambiental | política do ambiente da UE | política económica | proposta (UE) | responsabilidade social das empresas | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In April 2021, the European Commission proposed a directive on corporate sustainability reporting. The directive would establish new rules on sustainability reporting in the European Union, based on amending and enlarging the scope of reporting and increasing standardisation under the current Non-financial Reporting Directive. A provisional political agreement reached between the Parliament and Council is scheduled for a vote at first reading during the November I plenary session.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

Customs single window

Tipo de publicação Em síntese

Data 28-09-2022

Autor BAERT Pieter

Domínio de intervenção Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | exportação (UE) | formalidade administrativa | importação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mudança tecnológica | poder executivo e administração pública | política aduaneira | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | profissão aduaneira | tecnologia e regulamentação técnica | trocas comerciais | união aduaneira

Resumo As the EU is the largest trading bloc in the world, millions of customs declarations pass through national authorities each year. To ensure a simplified and digital approach, the European Commission has proposed the establishment of a European customs single window, which would allow traders to fulfil all their documentary requirements at once. Following interinstitutional negotiations, European Parliament and Council negotiators reached a provisional agreement in May 2022, which is expected to be put to the vote during Parliament's October I plenary session.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

Tracking the EU Commissioners' commitments - Von der Leyen Commission, 2019 - 2024: Maroš Šefčovič

Tipo de publicação Briefing

Data 20-09-2022

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | autonomia estratégica | Comissão Europeia | comunicação | consulta pública | DIREITO | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política internacional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | simplificação legislativa | tipos de empresa | transparência administrativa | UNIÃO EUROPEIA | vice-presidente da instituição

Resumo This briefing follows up the commitments made by the commissioner since 2019.

Briefing EN

Technical support provided to EU Member States

Tipo de publicação Briefing

Data 31-05-2022

Autor HAASE Diana

Domínio de intervenção Controlo Orçamental | Orçamento

Palavra-chave ajustamento estrutural | ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | direito da União Europeia | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | FINANÇAS | finanças da União Europeia | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | fundo (UE) | GEOGRAFIA | geografia económica | gestão administrativa | gestão financeira | informação e tratamento da informação | intercâmbio de informação | poder executivo e administração pública | política económica | regulamento (UE) | regulamento financeiro | repartição do financiamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Committee on Budgetary Control (CONT) organised a public hearing with the aim to get a better understanding about technical support and related challenges, especially concerning the areas of better administration, digitalisation and EU funds implementation. This briefing provided background information to this debate that took place 21 April 2022. It examines technical support as well as relevant technical assistance activities and provides a short insight into links between such support and administrative capacity building. The theme of this hearing is technical support; the instruments set up for this purpose are relatively new and, as it will be explained later, the availability of coherent and all encompassing lessons drawn from their experience is still limited. There are however possible overlaps, or rather synergies and complementarities with technical assistance activities in different policy areas. The author chose cohesion policy where technical assistance activities have been pursued for decades, and co-financing of projects aiminig at administrative capacity building has been prominent for several programming periods. Lessons learnt in the cohesion area can also feed the debate, as it is also obvious from the strong interservice cooperation among the different Commission services involved in technical support or assistance and administrative capacity building.

Briefing EN

The shrinking space for civil society in Europe

Tipo de publicação Em síntese

Data 02-03-2022

Autor DEL MONTE Micaela

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | democracia | DIREITO | direitos e liberdades | Estado de Direito | formalidade administrativa | liberdade de associação | liberdade de expressão | organização não governamental | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | organizações não governamentais | participação social | poder executivo e administração pública | quadro político | QUESTÕES SOCIAIS | sociedade civil | vida política e segurança pública | vida social

Resumo During its first March 2022 plenary session, Parliament is due to vote on an own-initiative report of the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE), advocating new measures to protect and boost civil society organisations' participation in the democratic life of the European Union. Acknowledging the contribution civil society organisations (CSOs) make to promoting the EU values enshrined in Article 2 of the Treaty on European Union (TEU), and in particular fundamental rights, the report recognises the challenges CSOs are facing, not least in the aftermath of the Covid-19 pandemic.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

A statute for European cross-border associations and non-profit organisations

Tipo de publicação Em síntese

Data 10-02-2022

Autor DEL MONTE Micaela

Domínio de intervenção Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar

Palavra-chave associação europeia | associação sem fins lucrativos | ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | dimensão transfronteiras | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | empresa social | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estatuto jurídico | forma jurídica de sociedade | formalidade administrativa | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre prestação de serviços | organização de empresas | poder executivo e administração pública | prestação de serviços | proposta (UE) | QUESTÕES SOCIAIS | regiões e política regional | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo During the February 2022 plenary session, Parliament is due to vote on a legislative-initiative report calling on the Commission to put forward a directive on common measures for non-profit organisations (NPOs) and also a regulation establishing a statute for European cross-border associations and non-profit organisations. The proposal recognises that while NPOs are an integral part of the EU economy, they face multiple legal and administrative challenges when attempting to operate across borders. It maintains that minimum EU standards and the possibility to acquire a legal personality would help NPOs overcome these barriers.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

Disclosure of income tax information by certain undertakings and branches

Tipo de publicação Em síntese

Data 08-11-2021

Autor KARABOYTCHEVA Miroslava Kostova

Domínio de intervenção Fiscalidade

Palavra-chave administração fiscal | ATIVIDADE POLÍTICA | combate ao crime | comunicação de dados | cooperação administrativa | DIREITO | direito penal | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | empresa multinacional | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | evasão fiscal | FINANÇAS | fiscalidade | formalidade administrativa | fraude fiscal | imposto sobre os rendimentos | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | poder executivo e administração pública | QUESTÕES SOCIAIS | recolha de dados | tipos de empresa | vida social

Resumo Tax transparency has become an important tool in the fight against tax avoidance and tax evasion. Country-by-country reporting (CBCR) aims at requiring multinational enterprises (MNEs) to provide sufficient data to be able to distinguish what part of their activity is related to a specific country. The European Commission's proposed directive on CBCR was first tabled in 2016. Interinstitutional negotiations led to a provisional agreement in June 2021. The European Parliament is expected to vote on it at second reading during the November I part-session.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

Establishing a framework for a European digital identity

Tipo de publicação Briefing

Data 29-10-2021

Autor TUOMINEN ULLA-MARI

Domínio de intervenção Avaliação do Impacto ex-ante

Palavra-chave administração eletrónica | análise económica | assinatura eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | comunicação de dados | construção europeia | dados pessoais | direito da União Europeia | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de impacto | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único digital | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | prestação de serviços | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção dos dados | regulamento (UE) | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing provides an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's impact assessment (IA) accompanying the above-mentioned proposal, submitted on 3 June 2021 and referred to the European Parliament's Committee on Industry, Research and Energy (ITRE). The proposal seeks to amend Regulation (EU) No 910/2014 on electronic identification and trust services for electronic transactions in the internal market (the eIDAS Regulation) in order to better meet the new market and societal demands for trusted government eID linked solutions and for attributes and credentials provided by the public and private sector, which would be recognised across the EU for accessing both public and private services. This proposal would also address users' expectations to have more control over their personal data. This initiative, which European Commission President Ursula von der Leyen announced in her State of the Union speech of 16 September 2020, is included in the Commission's 2021 work programme and is part of the strategy on shaping Europe's digital future. In its conclusions of 1-2 October 2020, the European Council invited the Commission to come forward with a proposal for a European digital identity framework by mid-2021.

Briefing EN

The role of non-financial performance indicators and integrated reporting in achieving sustainable value creation

Tipo de publicação Em síntese

Data 24-09-2021

Autor BUX Udo | PARENTI RADOSTINA

Autor externo DINH, T., HUSMANN, A. and MELLONI G.,

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários

Palavra-chave adaptação às alterações climáticas | AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação de dados | desenvolvimento sustentável | direito da União Europeia | diretiva (UE) | documentação | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | formalidade administrativa | gestão contabilística | impacto ambiental | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | organização de empresas | poder executivo e administração pública | política ambiental | política económica | publicidade das contas | redução das emissões de gases | relatório de atividade | responsabilidade social das empresas | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The original full study is a structured analysis of the current scientific evidence on the effects of sustainability reporting including non-financial performance indicators, stand-alone sustainability reporting as well as integrated reporting. It discusses the benefits and challenges particularly related to internal decision-making, external transparency as well as financial and non-financial/environmental, social and governance effects. Further, it offers policy recommendations in view of the European Commission's proposal on the Corporate Sustainability Reporting Directive.

Em síntese EN

Fair and simpler taxation supporting the recovery strategy – Ways to improve exchange of information and compliance to reduce the VAT gap

Tipo de publicação Estudo

Data 20-09-2021

Autor SAULNIER JEROME LEON

Domínio de intervenção Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave análise económica | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação fiscal europeia | cooperação transfronteiriça | DIREITO | direito penal | direito penal fiscal | ECONOMIA | FINANÇAS | fiscalidade | formalidade administrativa | harmonização fiscal | IVA | poder executivo e administração pública | política de cooperação | reforma fiscal | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | retoma económica | situação económica | tributação da economia digital

Resumo Member States have agreed that the definitive VAT reform in the EU should proceed only if it can be demonstrated that its impact on reducing the VAT gap is substantial and if the burden on businesses is also reduced. This study analyses these issues in detail, with a view to identifying possible challenges for the EU and on evaluating the European Added Value (EAV) of potential policy options to address these challenges. The study also includes a thorough comparative economic analysis of the EAV of a series of scenarios based upon the policy options identified. The results confirm that complexity remains the main factor behind both the VAT gap and the high level of compliance costs for businesses in all scenarios. Regarding the impact of each scenario compared to the baseline in 2025, the study finds an EAV of around €39 billion for the scenario of extended cooperation with exchange of information and a one-stop shop. This can be broken down into a reduction of the VAT gap of around €29 billion, and a reduction of the compliance costs for businesses of almost €10 billion. A slightly higher EAV of around €45 billion is found for the scenario of extended cooperation with a definitive VAT regime and a one-stop shop. Finally, a higher EAV of €71 billion is found for the most ambitious scenario, including establishment of an EU treasury and VAT administered at EU level. This most ambitious scenario is, however, rather unlikely to gather sufficient support at the current juncture and would also require substantial Treaty change. As the definitive VAT regime continues to be delayed, this evaluation also emphasises the potential for a scenario of extended cooperation through reinforced exchange of information and a one-stop shop. However, the extent to which Member States are likely to coordinate a concerted move, as assumed by some commentators, remains to be demonstrated at this stage.

Estudo EN

EU long-term vision for rural areas: Pre-legislative synthesis of national, regional and local positions on the European Commission's initiative

Tipo de publicação Briefing

Data 29-06-2021

Autor COLLOVA Claudio | MCELDOWNEY James

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural

Palavra-chave aglomerado rural | ATIVIDADE POLÍTICA | coletividade rural | construção europeia | demografia e população | desenvolvimento rural | despovoamento | documentação | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | formalidade administrativa | iniciativa da UE | inovação | investigação e propriedade intelectual | meio rural | migração rural | migrações | poder executivo e administração pública | população rural | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | QUESTÕES SOCIAIS | região rural | regiões e política regional | relatório | UNIÃO EUROPEIA | urbanismo e construção civil

Resumo This Briefing forms part of an EPRS series offering syntheses of the pre-legislative state of play and consultation on key European Commission priorities during the current five-year term. It summarises the state of affairs in the relevant policy field, examines how existing policy is working on the ground, and, where possible, identifies best practice and ideas for the future on the part of governmental organisations at all levels of the EU system of multilevel governance. EPRS analysis of the positions of partner governmental organisations at EU, national, regional and local levels suggests that these public authorities would like the following main considerations to be reflected in discussions on the forthcoming Commission communication on the long-term vision for rural areas: • The EU level recognises that rural areas represent the fabric of European society. There is a growing concern at the EU level that some citizens living in remote rural areas feel 'left behind'. • Local and regional authorities point out that, if the rural agenda is to be successful, it cannot be based on a one-size-fits-all approach, but needs to be tailored to territories' specificities. This applies, for instance, to overcoming demographic challenges. • When it comes to digitalisation and mobility, all levels of governance see the provision of infrastructure as a necessary – but not sufficient – condition for progress. There is a consensus on the importance of bottom-up participation of local communities to meet local needs, which is behind the 'smart village' concept. • Governmental organisations at all levels of governance see environment protection and action against climate change as a pre-condition for growth. There is a clear call to modernise the farming sector, coupled with the need to diversify the rural economy as whole. According to public bodies at local, regional and national levels, the experience with the Covid-19 pandemic has proven that there are potential opportunities for future development of rural areas, starting with jobs that can be carried-out remotely. • Regional and local administrations call for EU and national administrative procedures to be made less cumbersome and for different types of funds to be streamlined and combined, applying a 'multi-fund' approach. Finally, the evidence gathered points to additional funding opportunities for rural areas. These include concrete cases of private initiatives, national intervention when the provision of a public good is not commercially viable, and State aid and tax credits, when appropriate.

Briefing EN

Background note on “Simplification” for the CONT hearing: “Will simplification suggested for the new MFF period bring the necessary balance between more efficient, effective and correct spending of EU funds?”

Tipo de publicação Briefing

Data 15-06-2021

Autor CALATOZZOLO Rita

Domínio de intervenção Controlo Orçamental | Orçamento

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | finanças da União Europeia | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | Fundos Europeus Estruturais e de Investimento | instituições da União Europeia e função pública europeia | investigação e propriedade intelectual | poder executivo e administração pública | política agrícola | Política Agrícola Comum | política regulamentar | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | programa-quadro de IDT | quadro financeiro plurianual | regulamento (UE) | relatório | repartição do financiamento da UE | simplificação legislativa | Tribunal de Contas Europeu | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note intends to provide general information about simplification as well as to look a bit more in detail on this issue in the framework of Cohesion Policy, Common Agricultural Policy and Research. These three EU policies represent sectors that largely benefit from the financing of the EU budget and have experienced simplification due to the response of the Commission, the European Parliament and the Council to the requests of final beneficiaries. At the same time, there have been repeated calls from the European Court of Auditors regarding these policies to reduce their complexity and further apply simplification measures, without compromising their functioning and the sound financial management of the EU budget.

Briefing EN

State of the SMEs Union

Tipo de publicação Em síntese

Data 02-06-2021

Autor RAGONNAUD Guillaume

Domínio de intervenção Indústria

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | consequências económicas | direito da União Europeia | documentação | doença por coronavírus | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | epidemia | formalidade administrativa | INDÚSTRIA | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política e estruturas industriais | política industrial da UE | política regulamentar | QUESTÕES SOCIAIS | relatório | resolução PE | saúde | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo During the June I 2021 plenary session, Parliament is due to hold a joint debate on the 'State of the SMEs Union' and on efforts to reduce the administrative burden on micro-, small and medium-sized businesses (SMEs), in the context of the recently updated Better Regulation agenda.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

A statute for European cross-border associations and non-profit organisations

Tipo de publicação Estudo

Data 06-05-2021

Autor FERNANDES MEENAKSHI | MULLER KLAUS

Autor externo Anheier, Helmut K.

Domínio de intervenção Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave acção da UE | análise comparativa | associação sem fins lucrativos | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação transfronteiriça | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | FINANÇAS | fiscalidade | forma jurídica de sociedade | formalidade administrativa | GEOGRAFIA | geografia económica | investigação e propriedade intelectual | isenção fiscal | poder executivo e administração pública | política de cooperação | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | sociedade civil | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo The study examines the potential EU added value of the policy options (encouraging cross-border transactions, enhancing social outcomes and increasing economic contributions) as well as the drawbacks. In addition, the assessment highlights supporting non-legislative measures that could promote specific NPO functions in the EU.

Estudo EN

The role of Points of Single Contact (PSCs) and other information services in the Single Market (At A Glance - Study In Focus)

Tipo de publicação Em síntese

Data 09-11-2020

Autor externo Pau SALSAS-FORN et al.

Domínio de intervenção Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acesso à informação da UE | acção da UE | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadão da UE | construção europeia | cooperação administrativa | difusão da informação da UE | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | formalidade administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre prestação de serviços | mercado único | poder executivo e administração pública | processo administrativo | regulamento (UE) | relatório de investigação | sensibilização do público | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo This At A Glance summarises the key findings of the original study, which analysed the role and development of Points of Single Contact and other information services. The study reviewed recent policy documents, and identified a range of weaknesses for the provision of contact points. The main recommendations were to improve monitoring (using the indicators and the Single Market Scoreboard) and make use of infringement proceedings in case of non-compliance. The actions could be built on the instruments available under the recent Single Digital Gateway Regulation.
This document was provided by the Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies at the request of the committee on Internal Market and Consumer Protection (IMCO).

Em síntese EN

Further development of capital markets union

Tipo de publicação Em síntese

Data 30-09-2020

Autor DELIVORIAS Angelos

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Coronavírus

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados | bolsa de valores | capital de risco | DIREITO | direitos e liberdades | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | financiamento e investimento | FINANÇAS | formalidade administrativa | garantia do investimento | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | livre circulação de capitais | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção da vida privada | proteção dos dados | tecnologia e regulamentação técnica | tecnologia financeira | tipos de empresa | união dos mercados de capitais | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Actions taken to create a capital markets union (CMU) should have as their objective improving the range of financing options offered to companies and citizens. The European Parliament's Committee on Economic and Monetary Affairs has adopted an own-initiative report on further development of the CMU, expected to be voted during the October I plenary session. It calls for specific measures to help finance businesses, promote long-term and cross-border investment, strengthen market architecture and support retail investors, as well as the adoption of a framework for digital finance.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

European business statistics

Tipo de publicação Briefing

Data 15-01-2020

Autor DELIVORIAS Angelos

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direito da União Europeia | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | empresa | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estatística da UE | estatísticas económicas | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | método estatístico | poder executivo e administração pública | recolha de dados | simplificação legislativa | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In the context of the work of reviewing the fitness of current regulations (REFIT), the Commission has decided to amend Regulation (EC) No 184/2005 and repeal 10 legal acts in the field of business statistics. The aim is to reduce the administrative burden for businesses, especially SMEs, and to put an end to legal fragmentation in the field of European business statistics. The Commission is proposing to establish a common legal framework for the development, production and dissemination of European statistics related to business structure, economic activities and performance, as well as on international transactions and research and development activities in the EU economy; and for the European network of national statistical business registers and the EuroGroups Register. The regulation includes provisions covering business registers, the data sources to be used, and the exchange of confidential data for the purpose of intra-Union trade in goods statistics. The final act was signed on 27 November 2019 and published in the Official Journal on 17 December 2019. It will apply from 1 January 2021, with the exception of certain articles, which will apply from 1 January 2022. Second edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure.

Briefing EN

Commitments made at the hearing of Elisa FERREIRA, Commissioner-designate - Cohesion and Reforms

Tipo de publicação Briefing

Data 22-11-2019

Autor DIETZEN Stephan Klaus | KOŁODZIEJSKI Marek

Domínio de intervenção Desenvolvimento Regional

Palavra-chave ajustamento estrutural | alteração climática | AMBIENTE | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | audição pública | coesão económica e social | comissário europeu | construção europeia | convergência económica | degradação do ambiente | DIREITO | direitos e liberdades | ECONOMIA | formalidade administrativa | igualdade de género | instituições da União Europeia e função pública europeia | nomeação de membros | Parlamento Europeu | pergunta oral | poder executivo e administração pública | política económica | região periférica | regiões e política regional | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The commissioner-designate, Elisa Ferreira, appeared before the European Parliament on 02 October 2019 to answer questions put by MEPs from the Committee on Regional Development. During the hearing, she made a number of commitments which are highlighted in this document. These commitments refer to her portfolio, as described in the mission letter sent to her by Ursula von der Leyen, President-elect of the European Commission, including:
- Cohesion, reforms and a just transition.

Briefing EN

European maritime single window: Harmonised digital reporting for ships

Tipo de publicação Briefing

Data 26-08-2019

Autor PAPE Marketa

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Transportes

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação administrativa | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | formalidade administrativa | harmonização das normas | informação e tratamento da informação | intercâmbio de informação | poder executivo e administração pública | política portuária comum | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia e regulamentação técnica | transporte marítimo | transporte marítimo e fluvial | TRANSPORTES

Resumo Every time a ship calls at a port, its maritime transport operator has to submit a set of pre-arrival information to a range of entities and agencies. Currently, the reporting process is not harmonised across EU ports. In addition, the information provided by ships is not efficiently shared among the actors concerned. The resulting multiple reporting places an excessive administrative burden on shipping operators, with negative impacts rippling down the logistics chain. Within broader efforts to modernise EU transport, the European Commission is proposing to bring all the reporting linked to a port call together into one digital space – the 'European Maritime Single Window', to harmonise reporting procedures for shipping operators and to ensure data can be shared and reused efficiently. Interinstitutional negotiations concluded on 7 February, the agreed text was adopted by the Parliament in plenary on 18 April and by Council on 13 June 2019. After publication in the Official Journal, the new regulation entered into force on 14 August 2019, while the measures within it will apply from 15 August 2025. Third edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure.

Briefing EN

Detailed technical measures for the definitive VAT system for cross-border goods trade

Tipo de publicação Briefing

Data 20-06-2019

Autor REMEUR Cécile

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Económicos e Monetários

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | comissão PE | comércio intra-UE | cooperação fiscal europeia | direito da União Europeia | distribuição comercial | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | entrega | FINANÇAS | fiscalidade | fiscalidade | formalidade administrativa | harmonização fiscal | imposto profissional | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | IVA | organização dos transportes | poder executivo e administração pública | política comercial | prestação de serviços | proposta (UE) | relatório | transporte de mercadorias | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The common European value added tax (VAT) system was set up in 1967, and reformed in 1993, to adapt it to the entry into force of the European Union (EU) internal market. The existing rules governing intra Community trade were therefore intended to be transitory. While VAT has become an important source of revenue for both national governments and the EU budget, the current system is ill-adapted to the challenges of a modern economy. A substantial review was initiated as from 2016, to update the EU VAT system and make it less vulnerable to fraud, as described in the April 2016 VAT action plan. The proposal, adopted on 25 May 2018, would amend the VAT Directive (Directive 2006/112/EC), to introduce detailed technical measures for the definitive VAT system for intra-EU business to business (B2B) trade in goods. The present proposal follows and complements the adoption of Council Directive (EU) 2018/1910 on 4 December 2018. The Parliament adopted its position on the proposal on 12 February 2019; the Council has yet to finalise its position. Third edition of a briefing originally drafted by Ana Claudia Alfieri, and subsequently updated by Laura Puccio. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure.

Briefing EN

Revision of the Visa Code

Tipo de publicação Em síntese

Data 10-04-2019

Autor RADJENOVIC Anja

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave Acordo de Schengen | ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação administrativa | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | formalidade administrativa | migração ilegal | migrações | poder executivo e administração pública | política de vistos da UE | QUESTÕES SOCIAIS | regulamento CE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In March 2018, the European Commission submitted a proposal to revise the Community Code on Visas (the Visa Code). The proposal's main objective is to strengthen the common visa policy while taking into account migration and security concerns, through increasing the role of visa policy in the EU's cooperation with third countries. Economic considerations will also come into play, with the facilitation of visa processing for legitimate travellers who contribute to the EU's economy and its cultural and social development. The agreement on the proposal, reached after trilogue negotiations, now needs to be confirmed by Parliament, with a vote expected during the April II plenary session.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

Promoting renewable energy sources in the EU after 2020

Tipo de publicação Briefing

Data 15-01-2019

Autor WILSON Alex Benjamin

Domínio de intervenção Energia

Palavra-chave AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | consumo de energia | cooperação energética | cooperação transfronteiriça | degradação do ambiente | desenvolvimento sustentável | direito da União Europeia | diretiva (UE) | ECONOMIA | ENERGIA | energia não poluente | energia renovável | financiamento da UE | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | gás de efeito de estufa | poder executivo e administração pública | política ambiental | política de cooperação | política económica | política energética | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | redução das emissões de gases | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | tecnologia e regulamentação técnica | tecnologia limpa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In November 2016, the European Commission launched the Clean Energy package, including a recast of the Directive on the promotion of renewable energy sources ('RES Directive'), with the objective of greatly increasing the share of RES in final energy consumption by 2030. The revised RES Directive aims to provide guiding principles on financial support schemes for RES, renewable energy self-consumption, energy communities and district heating. It seeks to enhance mechanisms for cross-border cooperation, simplify administrative processes, strengthen the sustainability and greenhouse gas emissions-savings criteria for biofuels, and mainstream the use of RES in the transport sector and in the heating and cooling sector. Trilogue negotiations started in February 2018 and resulted in a provisional agreement on 14 June 2018. The final text was formally adopted by Parliament (13 November 2018) and Council (4 December 2018), published in the Official Journal on 21 December 2018 and entered into force three days later. Fifth edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure. Please note this document has been designed for on-line viewing.

Briefing EN

Single digital gateway

Tipo de publicação Briefing

Data 19-12-2018

Autor SCHEINERT CHRISTIAN

Domínio de intervenção Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave acesso à informação | assembleia | assembleia nacional | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | construção europeia | consumo | cooperação administrativa | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | fluxo de dados transfronteiriço | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | mercado único digital | poder executivo e administração pública | processo legislativo ordinário | proposta (UE) | serviços | sistema de informação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo As part of the 'compliance package', the Commission intends to provide a single digital entry point to offer easy and efficient online access for businesses and citizens, comprising: (1) information about Union and national law and administrative requirements, (2) procedures, such as company registration, and (3) services providing assistance upon request. The portal would serve start-ups and growing companies, as well as helping companies conducting business in another country. Access to these services would be non-discriminatory, i.e. citizens and businesses from other Member States would have full access to the information and services, and this not only in the language used in the country in which they want to do business. The proposal builds on several existing schemes, such as single points of entry at national level; these cover only a few fields, are not always interconnected, suffer from being little known and are therefore underutilised. In May 2018, trilogues concluded with a provisional agreement, which was then confirmed by both Parliament and Council. The final act was signed on 2 October 2018.

Briefing EN

European Maritime Single Window environment

Tipo de publicação Briefing

Data 18-12-2018

Autor REMAC Milan

Domínio de intervenção Transportes

Palavra-chave acidente de transporte | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | barco | cooperação administrativa | direito da União Europeia | diretiva (UE) | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estudo de impacto | formalidade administrativa | harmonização das normas | informação e tratamento da informação | instalação portuária | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | poder executivo e administração pública | política aduaneira | política de transportes | política portuária comum | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proposta (UE) | segurança marítima | simplificação das formalidades | tecnologia e regulamentação técnica | transporte marítimo | transporte marítimo e fluvial | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This briefing analyses the impact assessment accompanying the legislative proposal of the Commission to establish the European Maritime Single Window environment (EMSWe). The goal of the EMSWe is to decrease and harmonise throughout the EU, the reporting formalities and obligations of the maritime operators when calling at ports in the EU. The IA provides the overview of the main problems of the existing legislation and the policy options considered by the Commission to deal with them. Despite some minor inconsistencies, the IA provides a solid analysis of the current problems related to reporting obligations of ships when calling at a port.

Briefing EN

Contribution to growth. European Public Procurement. Delivering economic benefits for citizens and businesses

Tipo de publicação Estudo

Data 14-12-2018

Autor externo Jörg Becker, Marco Niemann, Sebastian Halsbenning

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave adjudicação por contrato | ATIVIDADE POLÍTICA | comércio intra-UE | concorrência | concorrência | construção europeia | contratação eletrónica | dimensão transfronteiras | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | formalidade administrativa | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | interligação entre sistemas | mercado único | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política comercial | recolha de dados | regiões e política regional | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Numerous legislative measures have been initiated or enacted in support of the overall achievement of a Digital Single Market (DSM). This in-depth analysis provides a brief stock-taking of what has been achieved in economic terms, of what remains to be done, and of candidate initiatives for the next legislative term.
The study was prepared by Policy Department A on the request of European Parliament´s Committee on the Internal Market and Consumer Protection.

Estudo EN

VAT for small enterprises

Tipo de publicação: Briefing

Data: 25-10-2018

Autor: REMEUR Cécile

Domínio de intervenção: Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Económicos e Monetários

Palavra-chave: ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | DIREITO | direito da União Europeia | direito fiscal | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | FINANÇAS | fiscalidade | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | gestão contabilística | harmonização fiscal | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | isenção fiscal | IVA | liberalização do comércio | pequena empresa | poder executivo e administração pública | proposta (UE) | simplificação legislativa | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA | volume de negócios

Resumo: Value added tax (VAT) is a consumption tax borne by the final consumers and collected by businesses as taxable persons. Businesses have VAT administrative obligations and act as VAT collectors. This generates compliance costs that are higher for small and medium-sized enterprises (SMEs) than for bigger businesses, in spite of the small business exemption, especially in the case of cross-border activities. The proposal for a revision of the VAT Directive relating to the common system of value added tax as regards the special scheme for small enterprises simplifies the rules, so as to reduce VAT compliance costs for SMEs by introducing simpler measures regarding invoicing, VAT registration, accounting and returns for SMEs, whether they operate in wholly domestic markets only or also across borders in the EU. The legislative proposal falls under the consultation procedure. The European Parliament adopted its resolution on 11 September 2018, and the proposal is now with the Council. Second edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure. Please note this document has been designed for on-line viewing.

Briefing EN

Study in Focus: ESF Beneficiaries' Experience

Tipo de publicação: Em síntese

Data: 16-08-2018

Autor: SCHULZ STEFAN

Domínio de intervenção: Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Emprego | Orçamento | Política Social

Palavra-chave: ATIVIDADE POLÍTICA | critério de elegibilidade | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | Fundo Social Europeu | poder executivo e administração pública | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: An overview of key findings of the Study "The European Social Fund: Beneficiaries' experience in the Current Funding Period", produced by Istituto per la Ricerca Sociale for the Committee on Employment and Social Affairs (EMPL).

Em síntese EN

Directive 2011/7/EU on late payments in commercial transactions

Tipo de publicação: Análise aprofundada

Data: 11-07-2018

Autor: TYMOWSKI Jan Mikolaj

Domínio de intervenção: Assuntos Bancários e Financeiros | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito Contratual, Direito Comercial e Direito Empresarial | Mercado Interno e União Aduaneira | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave: análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | cláusula abusiva | competitividade | contrato público | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | diretiva (UE) | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | estatística | formalidade administrativa | GEOGRAFIA | geografia económica | gestão contabilística | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | organização de empresas | pagamento | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política comercial | tipos de empresa | trocas comerciais | trocas comerciais | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: Directive 2011/7/EU on late payments in commercial transactions (Late Payment Directive, (LPD)) strengthened European regulations first introduced in 2000 in favour of creditors. In addition to statutory interest, the application of which is still not automatic, maximum periods were established for payments in business-to-business transactions and those with public authorities, limiting contractual freedom, which is often abused by stronger companies. Following the largely correct transposition into national law, the situation continues to vary between Member States with regard to average payment periods (especially from public authorities), and the level of implementation of additional voluntary measures (such as prompt payment codes). In the absence of harmonised measurement methods, business surveys and consultations indicate improving practices, but the attribution of this development to the LPD cannot be separated from broader economic contexts and cultural aspects easily. Further exchange of best practices and better monitoring of their effectiveness might facilitate future developments in the area of late payments, including legislative action.

Análise aprofundada EN

New lobbying law in France

Tipo de publicação Briefing

Data 04-07-2018

Autor BAUER Elisabeth | THIEL Marie

Domínio de intervenção Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | código de conduta | DIREITO | direito nacional | Estado-Membro UE | Europa | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | França | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | grupo de interesses | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | política internacional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | transparência administrativa | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo Since 1 May 2018, France's new lobbying law is fully implemented. Part and parcel of recent legislation on transparency (Sapin II package), it was adopted on 9 December 2016, providing a regulatory framework for lobbying activities and establishing a mandatory national register ('le repertoire') for lobbyists. In a step-by-step process, first, the repertoire, in which all active interest representatives must sign up, was created on 1 July 2017. After registering by 1 January 2018, interest representatives were then under the obligation to report their lobbying activities in this repertoire by 30 April 2018. The repertoire, with just over 1 00 registrants to date, is overseen by the 'Haute Autorité pour la Transparence de la Vie Publique' (HATVP). In France, the cultural acceptance of lobbying as a profession has been slow, and the new law will make a huge difference in terms of making lobbying activities public, with a regulation closely following the Irish example. The Sapin II package aims for a general increase in public accountability and transparency of the decision-making processes. Some incremental steps in this direction had been taken previously, primarily with the establishment of the HATVP in January 2014 as an independent body to oversee the integrity and transparency of the national public institutions.

Briefing EN, FR

Tax transparency for intermediaries

Tipo de publicação Briefing

Data 03-07-2018

Autor REMEUR Cécile

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Fiscalidade

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação administrativa | cooperação fiscal europeia | cooperação transfronteiriça | DIREITO | direito da União Europeia | direito penal | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | evasão fiscal | FINANÇAS | fiscalidade | formalidade administrativa | fraude | fraude fiscal | informação e tratamento da informação | intercâmbio de informação | mercado único | poder executivo e administração pública | política de cooperação | processo de consulta | proposta (UE) | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The situations highlighted by the ‘Panama papers’ and ‘Paradise papers’, among others leaks show how certain intermediaries and other providers of tax advice appear to have facilitated companies and individuals in avoiding taxation, often through complex cross-border schemes involving routing assets to, or through, offshore entities. Among the tools to fight tax avoidance and aggressive tax planning are established mechanisms for disclosure of tax information and publication of tax-relevant information by companies. In June 2017, the Commission adopted a proposal aimed at ensuring early information on such situations, by setting an obligation to report cross-border arrangements designed by tax intermediaries or taxpayers and by including the information collected in the automatic exchange of information between tax authorities within the European Union. The directive was adopted on 25 May 2018, and it is to be applied from 1 July 2020. Third edition. The ‘EU Legislation in Progress’ briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure.

Briefing EN

European Maritime Single Window

Tipo de publicação Briefing

Data 14-05-2018

Autor REMAC Milan

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Transportes | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave acidente de transporte | Agência Europeia da Segurança Marítima | AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | barco | degradação do ambiente | direito da União Europeia | diretiva (UE) | formalidade administrativa | harmonização das normas | instalação portuária | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | organização dos transportes | poder executivo e administração pública | poluição pelos navios | política aduaneira | política de transportes | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | segurança marítima | simplificação das formalidades | tecnologia e regulamentação técnica | transporte de mercadorias perigosas | transporte marítimo | transporte marítimo e fluvial | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Reporting formalities for ships arriving in and/or departing from ports of the Member States are currently set out in Directive 2010/65/EU – the Reporting Formalities Directive (RFD). The directive aims to simplify and harmonise administrative procedures in maritime transport by introducing a single window for reporting formalities for ships. The European Commission's ex-post evaluation of the functioning of the directive showed that, eight years after its adoption, several serious problems are hampering its harmonised application throughout the EU. The main problem drivers are (1) an unsatisfactory level of national and EU harmonisation, (2) the limited scope of the directive and (3) an inefficient use of the received data by national authorities of Member States. The European Parliament has already underlined the need for simplification and harmonisation of administrative requirements for ships in maritime transport. The European Commission intends to address the problems identified to date by submitting a legislative proposal to revise the RFD in the second quarter of 2018.

Briefing EN

Revision of the visa code

Tipo de publicação Briefing

Data 27-04-2018

Autor EISELE Katharina

Domínio de intervenção Assuntos Externos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Turismo

Palavra-chave análise económica | aproximação das legislações | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação de dados | consolidação do direito da UE | construção europeia | cooperação administrativa | cooperação policial (UE) | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | estatística | formalidade administrativa | fronteira interna da UE | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | migração ilegal | migrações | poder executivo e administração pública | política de vistos da UE | QUESTÕES SOCIAIS | sistema de informação | Sistema de Informação de Schengen | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Although an increasing number of people have been travelling to the EU for tourism and business in recent years, visa application procedures are still costly and cumbersome. With the recast proposal on the visa code, the Commission aims to facilitate tourism, trade and business, whilst strengthening security and mitigating irregular migration. The impact assessment accompanying the proposal provides an overall convincing analysis tackling the problems of (1) insufficient finances to support visa processing; and (2) Member States' diverging practices when issuing multiple-entry visas. The Commission, however, also proposed (3) to address the lack of cooperation of some third countries in readmission matters in the visa code. One would have expected a more thorough analysis on this last aspect considering that there is no hard evidence on how visa leverage can translate into better cooperation with third countries on readmission. The Commission made efforts to consult with stakeholders and provide data, yet, the IA displays a general lack of data, statistics and evidence.

Briefing EN

Port reception facilities for the delivery of waste from ships

Tipo de publicação Briefing

Data 22-03-2018

Autor VIKOLAINEN Vera

Domínio de intervenção Ambiente | Transportes

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | barco | degradação do ambiente | direito da União Europeia | diretiva CE | embarcação de pesca | formalidade administrativa | gestão de resíduos | instalação portuária | luta contra a poluição | pesca | poder executivo e administração pública | poluição marítima | poluição pelos navios | política ambiental | política portuária comum | proteção do ambiente | transporte marítimo e fluvial | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note seeks to provide an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's impact assessment (IA) (consisting of part 1 and part 2), accompanying the above-mentioned proposal, submitted on 16 January 2018 and referred to Parliament's Committee on Transport and Tourism. Ship-generated waste, such as oily waste, sewage and garbage, poses a significant threat to the marine environment (IA part 1, p.3). The current legal framework laying down the rules applicable to ship-generated waste is Directive 2000/59/EC (hereafter referred to as 'the directive'). The directive is based on the provisions of the International Convention for the Prevention of Pollution from Ships (the MARPOL Convention), which was developed by the International Maritime Organization (IMO)) and regulates discharges at sea. The directive strengthens the regime established under MARPOL through a port-based approach, focusing on operations in ports, including 1) development of waste reception and handling plans in ports; 2) advance notification of waste by ships before entry into port; 3) mandatory delivery of ship-generated waste; 4) payment of fees by ships for the reception of their ship-generated waste; 5) exemptions for ships engaged in scheduled traffic; 6) inspections to verify compliance with the delivery requirements; and 7) development of an information and monitoring system.

Briefing EN

Revision of the visa code

Tipo de publicação Briefing

Data 06-03-2018

Autor SCHERRER Amandine Marie Anne

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave aproximação das legislações | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação de dados | consolidação do direito da UE | construção europeia | cooperação administrativa | cooperação policial (UE) | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | formalidade administrativa | fronteira interna da UE | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | migração ilegal | migrações | poder executivo e administração pública | política de vistos da UE | QUESTÕES SOCIAIS | sistema de informação | Sistema de Informação de Schengen | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The EU common visa code (the Visa Code) was adopted in 2009 by means of Regulation 810/2009. It establishes the procedures and conditions for issuing short-stay visas for entry into and transit through the Schengen area. This type of visa is valid for up to three months, whereas long-term visas (or residence permits) remain subject to national procedures. Regulation 767/2008 on the Visa Information System (VIS) defines the purpose and functionalities of the VIS, the computerised system aimed at facilitating the exchange of data between EU Member States and associated countries applying the common visa policy. Since its adoption, EU policy as regards short-term visas has faced a significant challenge: the delicate equilibrium between the need to promote economic growth via mobility and tourism, on the one hand, and the need to ensure the security of the Schengen area, on the other. Assessments of the implementation of the Visa Code and the VIS have shown that the requirements for obtaining a Schengen visa have had a negative impact on tourism and as a result, on EU economic growth. That said, the extent to which the provisions of the Visa Code have contributed to preserving the security of the external borders is difficult to evaluate, since the full deployment of the VIS (both at consular posts worldwide and at Schengen border crossing points) was completed relatively recently (2016). In its work programme for 2018, the European Commission announced that proposals will be tabled to revise the Visa Code and upgrade the VIS. The revision of the Visa Code, in particular, will aim at overcoming divisions triggered by the visa package submitted by the Commission in 2014. Thus far, the co-legislators have not reached an agreement on this set of measures. On the other hand, efforts to upgrade the VIS will be aimed at enhancing visa processing further, among other things through improving law enforcement authorities' access to the VIS, including new categories of data in the system, and ensuring the interoperability of the VIS with the other existing large-scale IT systems in the area of freedom, security and justice.

Briefing EN

Tax transparency for intermediaries

Tipo de publicação Em síntese

Data 22-02-2018

Autor REMEUR Cécile

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Fiscalidade

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação administrativa | cooperação fiscal europeia | cooperação transfronteiriça | DIREITO | direito da União Europeia | direito penal | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | empresa multinacional | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | evasão fiscal | FINANÇAS | finanças da União Europeia | fiscalidade | formalidade administrativa | fraude | fraude fiscal | informação e tratamento da informação | intercâmbio de informação | mercado único | poder executivo e administração pública | política de cooperação | proposta (UE) | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | tipos de empresa | transparência financeira | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Disclosure of tax information by tax intermediaries or taxpayers is seen as a tool to fight tax avoidance and aggressive tax planning, by providing tax authorities with a full picture and enabling them to address the part of a tax situation which falls within their jurisdictions. Parliament is due to vote in plenary in February on a Commission proposal to ensure automatic exchange of such information.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

Inspections of ro-ro ferries and high-speed passenger craft

Tipo de publicação Briefing

Data 15-02-2018

Autor PAPE Marketa

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Transportes

Palavra-chave Agência Europeia da Segurança Marítima | ATIVIDADE POLÍTICA | auditoria de resultados | DIREITO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | ferry-boat | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | gestão contabilística | instituições da União Europeia e função pública europeia | organização dos transportes | poder executivo e administração pública | política de transportes | segurança marítima | simplificação legislativa | transporte a grande velocidade | transporte de mercadorias | transporte de passageiros | transporte marítimo e fluvial | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Commission, in line with its regulatory fitness and performance programme (REFIT), has evaluated existing EU legislation on passenger ship safety and presented three proposals for directives, aimed at simplifying rules and cutting administrative costs, while at the same time making sea travel safer. This proposal seeks to rationalise inspections conducted by national administrations while ensuring a high level of passenger ship safety and without unnecessarily limiting the ship's commercial operations, making the inspections system for these ships simpler, more effective and cheaper. This would be achieved by changing focus from initial company-based inspections to ship-based ones and by ensuring that subsequent inspections occur at regular intervals. After interinstitutional negotiations concluded on 14 July 2017, the European Parliament adopted the agreed text on 4 October 2017 and the Council on 23 October 2017. The final act entered into force on 20 December 2017 and the new provisions will apply from 21 December 2019. Fourth edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure. Please note this document has been designed for on-line viewing.

Briefing EN

Registration of persons on board passenger ships

Tipo de publicação Briefing

Data 15-02-2018

Autor PAPE Marketa

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Transportes

Palavra-chave Agência Europeia da Segurança Marítima | ATIVIDADE POLÍTICA | auditoria de resultados | barco | digitalização | DIREITO | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | gestão contabilística | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | organização dos transportes | poder executivo e administração pública | política de transportes | registo de dados | segurança marítima | simplificação legislativa | transporte de passageiros | transporte marítimo e fluvial | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Commission has evaluated existing EU legislation on passenger ship safety and presented three proposals for directives, aimed at simplifying rules and cutting administrative costs, while at the same time making sea travel safer. This proposal sought to amend the requirements set by Directive 98/41/EC for counting and registering passengers and crew on board passenger ships, and to remove any overlap in reporting obligations or disproportionate requirements. The main change introduced was the digitalisation of reporting obligations. After the interinstitutional negotiations concluded on 14 June 2017, the European Parliament adopted the agreed text on 4 October 2017 and the Council on 23 October 2017. The new provisions will apply from 21 December 2019. Fourth edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure. See also briefings on the related proposals, on safety rules (PE 595.900) and vessel inspections (PE 595.902).

Briefing EN

Safety rules and standards for passenger ships

Tipo de publicação Briefing

Data 15-02-2018

Autor PAPE Marketa

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Indústria | Transportes

Palavra-chave Agência Europeia da Segurança Marítima | ATIVIDADE POLÍTICA | auditoria de resultados | barco | DIREITO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | gestão contabilística | harmonização das normas | instituições da União Europeia e função pública europeia | organização dos transportes | poder executivo e administração pública | política de transportes | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | segurança marítima | simplificação legislativa | tecnologia e regulamentação técnica | transporte de passageiros | transporte marítimo e fluvial | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Commission has evaluated existing EU legislation on passenger ship safety and presented three proposals for directives, aimed at simplifying rules and cutting administrative costs, while at the same time making sea travel safer. This proposal sought to clarify the technical requirements introduced by Directive 2009/45/EC, which vessels must respect in areas of construction, stability and fire protection. The newly defined standards should provide for uniform national interpretations and make the rules easier to update, monitor and enforce. After the negotiations between the Council, the European Parliament and the Commission concluded on 15 June 2017, the Parliament adopted the agreed text on 4 October 2017 and the Council on 23 October 2017. The deadline for Member States to transpose the final legislative act into their respective laws is 21 December 2019. Fourth edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure. Please note this document has been designed for on-line viewing.

Briefing EN

Single Digital Gateway: how EU could meet expectations of citizens and businesses?

Tipo de publicação Briefing

Data 15-02-2018

Autor externo Dr. Charlotte Duke

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave acesso à informação | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadão da UE | comunicação | construção europeia | consumo | cooperação administrativa | digitalização | DIREITO | direito internacional | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | empresa | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | fluxo de dados transfronteiriço | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único digital | poder executivo e administração pública | proteção do consumidor | serviços | sistema de informação | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Briefing EN

'Omnibus regulation' – Agricultural provisions

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-12-2017

Autor MCELDOWNEY James

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | ajuda à agricultura | ATIVIDADE POLÍTICA | desenvolvimento rural | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | FINANÇAS | finanças da União Europeia | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | jovem agricultor | poder executivo e administração pública | política agrícola | Política Agrícola Comum | política das estruturas agrícolas | produção e estruturas agrícolas | quadro financeiro plurianual | regime de financiamento da UE | regiões e política regional | regulamento financeiro | relação agricultura-comércio | rendimento do agricultor | sistema de exploração agrícola | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The proposed 'omnibus regulation' to amend EU financial rules represents the first occasion that changes to the basic regulations of the Common Agricultural Policy (CAP) have been formally proposed since the 2013 reform. These changes represent policy choices involving a fine-tuning and simplification of the CAP. Parliament is due to vote on the proposal during the December plenary session.

Em síntese EN

Italian state beach concessions and Directive 2006/123/EC, in the European context

Tipo de publicação Estudo

Data 15-11-2017

Autor externo Cristiana Benetazzo, Professor with certification of Associate Professor, University of Padova, Italy – Department of Public, International and European Union Law.
Sara Gobbato, PhD in EU Law, lawyer in Treviso, Italy

Domínio de intervenção Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave arrendamento | ATIVIDADE POLÍTICA | contrato de prestação de serviços | direito de estabelecimento | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | Europa | formalidade administrativa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | Itália | livre prestação de serviços | poder executivo e administração pública | política comercial | QUESTÕES SOCIAIS | região litoral | regiões e política regional | urbanismo e construção civil

Resumo This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the PETI Committee. This paper analyses the Italian regulation framework on beach concessions within a compared European framework. It illustrates pending issues and the potential consequences of the judgment of the EU Court of Justice, C-458/14 e C-67/15, which may impose a comprehensive beach reform that cannot be delayed any further. The models adopted by other EU member states and Italy for managing coastal property are here compared, in order to verify their functionality and effectiveness.

Estudo EN, IT

CE-marked fertilising products

Tipo de publicação Em síntese

Data 23-10-2017

Autor BOURGUIGNON Didier

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Ambiente | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | comércio internacional | construção europeia | cádmio | direito da União Europeia | ECONOMIA | economia circular | elaboração do direito da UE | fertilizante orgânico | formalidade administrativa | homologação | INDÚSTRIA | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de mercadorias | marcação «CE» de conformidade | meios de produção agrícola | mercado único | metalurgia e siderurgia | norma ambiental | poder executivo e administração pública | política ambiental | política económica | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | rotulagem | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In March 2016, the European Commission put forward a proposal on fertilising products, which would extend the scope of existing legislation and set limits on contaminants in fertilising products. The European Parliament is expected to adopt its position on the proposal at its October II part-session.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

Single digital gateway

Tipo de publicação Briefing

Data 10-10-2017

Autor EISELE Katharina

Domínio de intervenção Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave acesso à informação | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadão da UE | comunicação | construção europeia | consumo | cooperação administrativa | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | empresa | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de impacto | fluxo de dados transfronteiriço | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | poder executivo e administração pública | proposta (UE) | serviços | sistema de informação | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note seeks to provide an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's Impact Assessment (IA) accompanying the above proposal, submitted on 2 May 2017 and referred to Parliament's Committee on Internal Market and Consumer Protection. The initiative seeks to reduce as much as possible the additional administrative burden that EU citizens and businesses face when they expand their activities to other Member States. To achieve this, the IA explains that the single digital gateway should provide access to the national rules, requirements and procedures that citizens and businesses from other Member States need to know about and comply with. To assist the user with this journey, the gateway should cover three layers, namely information, procedures and assistance services. The REFIT Platform Government Group confirmed the significance of a 'user journey approach' (IA, p. 5). The proposal on the single digital gateway is one of the initiatives falling under the Commission's 2015 single market strategy. The proposal also forms part of the 'compliance package', which, alongside the single digital gateway, sets out a single market information tool and the SOLVIT action plan. In addition, the REFIT Platform (consisting of business stakeholders and Member State representatives) published an opinion in June 2016 recommending the establishment of a single entry point with clear information and coordinated services for businesses in each Member State to assist companies operating in the single market, and the definition of minimum common quality criteria for content.

Briefing EN

Introducing a European services e-card

Tipo de publicação Briefing

Data 03-10-2017

Autor KISS Monika

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | comunicação | construção civil | construção europeia | consumo | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | formalidade administrativa | INDÚSTRIA | indústria da construção civil | informação e tratamento da informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | internet | licença comercial | livre prestação de serviços | mercado do trabalho | mercado único | poder executivo e administração pública | política comercial | prestação de serviços | processo legislativo ordinário | proposta (UE) | serviços | sistema de informação | trabalhador expatriado | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Cross-border provision of services in the EU is relatively common, and is undertaken by an increasing number of entities, especially in sectors such as construction and business. Despite this fact, many service-providers still face obstacles to benefitting from comparable business opportunities available to local persons and organisations. The proposed regulation and accompanying directive aim to tackle these remaining obstacles through the introduction of a European services e-card, meant to increase and simplify cooperation between home and host Member States, as well as through the simplification of the procedures applicable to cross-border service-providers. The proposal drew a mixed response: stakeholders generally welcomed the Commission's efforts to remove existing barriers; however, they raised concerns about possible undesirable consequences that the new proposal might trigger, such as reduced control opportunities, and increases in bogus self-employment and social dumping. These views were shared by a number of national parliaments.

Briefing EN

Multimédia Introducing a European services e-card

Registration of persons on board passenger ships

Tipo de publicação Em síntese

Data 27-09-2017

Autor PAPE Marketa

Domínio de intervenção Transportes | Turismo

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | dados pessoais | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | memorização de dados | organização dos transportes | poder executivo e administração pública | política de transportes | QUESTÕES SOCIAIS | recolha de dados | registo de dados | segurança marítima | transporte de passageiros | TRANSPORTES | viajante | vida social

Resumo While EU waters ranks among the safest in the world for travellers, in case of an emergency, search and rescue authorities must know immediately the number of people missing. To facilitate this, the European Commission proposed to digitalise the registration of passengers on ships operating to and from EU ports. The proposal is part of a broader review of the EU passenger ship safety legislation, which aims to simplify the existing rules and cut administrative costs, while keeping sea travel safe.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

The role of eGovernment in deepening the single market

Tipo de publicação Briefing

Data 22-09-2017

Autor SZCZEPANSKI Marcin

Domínio de intervenção Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave administração eletrónica | apresentação de propostas a concurso | aprofundamento da União Europeia | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | construção europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | formalidade administrativa | gestão administrativa | informatização | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e propriedade intelectual | mercado único | mercado único digital | poder executivo e administração pública | política comercial | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | programa de ação | programa-quadro de IDT | proteção dos dados | tecnologia da informação | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | transmissão de dados | UNIÃO EUROPEIA

Resumo eGovernment, which involves deploying technology to deliver public services, increases administrative efficiency and reduces the administrative burden on the public and businesses. The EU has been actively promoting implementation of eGovernment practices, in particular in cross-border situations. Many studies point to significant savings for national authorities and reduced costs for businesses through further advancement of eGovernment in Europe. However, a low level of digitisation of public services and the lack of interoperability between eGovernment systems still present major electronic and procedural barriers to the free movement of goods, services and people in the single market. Other problems include insufficient access to information and low usability of the services offered. Many Member States are well advanced at national level, but the cross-border provision of e-services is still lagging behind. In order to address these issues, various policy initiatives have already been launched or are planned under the digital single market strategy and the eGovernment 2016-2020 action plan. A further boost should come from the current Estonian EU Council Presidency, which has made promotion of eGovernment one of its main priorities.

Briefing EN

Services in the internal market: Notification procedure for authorisation schemes and requirements related to services

Tipo de publicação Briefing

Data 31-08-2017

Autor EISELE Katharina

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave análise económica | aplicação do direito da UE | aproximação das legislações | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação de dados | construção europeia | consumo | direito da UE | direito da União Europeia | direito de estabelecimento | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estudo de impacto | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre prestação de serviços | mercado único | poder executivo e administração pública | serviços | sistema de informação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note seeks to provide an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's Impact Assessment (IA) accompanying the above proposal, submitted on 10 January 2017 and referred to Parliament's Committee on Internal Market and Consumer Protection (IMCO). Overall, the IA seems to motivate sufficiently the new legislation aiming to create a more effective notification procedure for services in the single market. In particular, the problems identified and the policy options considered appear to be clear and coherent. There are, however, some elements, which might merit further attention. It would have been useful to provide some quantification (or, alternatively, explain the lack thereof) regarding the economic impacts on businesses, competitiveness and SMEs, notwithstanding that the proposal is mainly addressed to Member States' public authorities. Moreover, it is noticeable that the range of sources used to substantiate this IA is rather limited.

Briefing EN

Reform of services notification procedure

Tipo de publicação Briefing

Data 31-08-2017

Autor SZCZEPANSKI Marcin

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave aplicação do direito da UE | aproximação das legislações | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação de dados | construção europeia | consumo | direito da União Europeia | direito de estabelecimento | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre prestação de serviços | mercado único | poder executivo e administração pública | processo legislativo ordinário | proposta (UE) | relatório | serviços | sistema de informação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The 2006 Services Directive requires Member States to notify the European Commission of changes to national rules on services, providing the EU executive and other Member States with the opportunity to examine potential incompatibility with EU legislation early in the process. Based on its own assessments and public consultation, the Commission proposed in January 2017 to reform the current procedure in order to address various shortcomings identified in the preparatory process. The new procedure seeks to allow intervention by the Commission or other Member States before the law is adopted. The Council reached its general position in May 2017 proposing a number of modifications with regard to the scope, timing and requirements concerning the Member States and the Commission. The rapporteur published his draft report on 19 June 2017 and a deadline for amendments has been set for 6 September 2017. First edition. The 'EU Legislation in Progress' briefings are updated at key stages throughout the legislative procedure.

Briefing EN

European Chemicals Agency: Role and governance

Tipo de publicação Briefing

Data 29-08-2017

Autor BOURGUIGNON Didier

Domínio de intervenção Ambiente | Indústria | Saúde Pública

Palavra-chave Agência Europeia das Substâncias Químicas | AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | competência institucional (UE) | condições e organização do trabalho | degradação do ambiente | detrito perigoso | EMPREGO E TRABALHO | formalidade administrativa | funcionamento institucional | governação | INDÚSTRIA | instituições da União Europeia e função pública europeia | legislação sobre os produtos químicos | poder executivo e administração pública | política regulamentar | produto químico | química | segurança no trabalho | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Chemicals Agency (ECHA) is a decentralised agency of the European Union. Established in 2007, it is based in Helsinki. Its main mission is to contribute to the implementation of European chemicals legislation for the benefit of human health and the environment, as well as improving innovation and competitiveness. ECHA carries out technical, scientific and administrative tasks under four EU regulations: the regulation on registration, evaluation, authorisation and restriction of chemicals (REACH); the Classification, Labelling and Packaging (CLP) Regulation; the Biocidal Products Regulation; and the regulation on export and import of hazardous chemicals. It may also initiate regulatory processes and take limited regulatory decisions under these regulations. ECHA comprises a number of bodies active on specific aspects. These include the Member State Committee which is involved in key processes under REACH, three advisory scientific bodies (Committee for Risk Assessment, Committee for Socio-economic analysis and Biocidal Products Committee), a Forum aimed at strengthening enforcement, a Board of Appeal deciding on appeals against decisions taken by the ECHA, and a Management Board, which acts as the Agency's governing body. These bodies are supported by a secretariat employing 564 staff at the end of 2016. ECHA's annual budget, which is about €110 million, has two main sources: a subsidy from the EU budget, and fees levied on companies for services carried out under the four relevant regulations. In 2016, fees and charges accounted for 46 % of expenditure. An evaluation carried out for the European Commission in 2017 found that the ECHA carries out its work effectively and efficiently, is relevant to societal needs and brings EU added value, although the evaluation also highlighted some areas where there is room for improvement, for instance regarding IT and communication.

Briefing EN

Building blocks for post-2020 cohesion policy

Tipo de publicação Em síntese

Data 07-06-2017

Autor MARGARAS Vasileios

Domínio de intervenção Desenvolvimento Regional

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | cooperação territorial europeia | ECONOMIA | economia monetária | execução do orçamento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos | Fundos Europeus Estruturais e de Investimento | governação económica (UE) | orçamento | orçamento da UE | poder executivo e administração pública | regime de financiamento da UE | regiões e política regional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Article 174 of the Treaty on the Functioning of the EU states that the Union should pursue actions leading to the strengthening of its economic, social and territorial cohesion as well as to reduce regional disparities. The cohesion policy of the EU aims at addressing these aims. An own-initiative report on building blocks for a post-2020 cohesion policy is to be voted during the June plenary session. It gives an overview of the priorities for the future of cohesion policy.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

European information systems in the area of justice and home affairs: An overview

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 11-05-2017

Autor DUMBRAVA Costica

Domínio de intervenção Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave atentado à segurança do Estado | ATIVIDADE POLÍTICA | biometria | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | consolidação do direito da UE | construção europeia | dados pessoais | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | direito penal | documento de identidade | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | entrada de estrangeiros | Europol | formalidade administrativa | fronteira externa da UE | Frontex | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | intercâmbio de informação | migração ilegal | migrações | país terceiro | poder executivo e administração pública | política de cooperação | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança europeia | segurança internacional | sistema de gestão de base de dados | Sistema de Informação de Schengen | terrorismo | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo The interconnections between border management, migration and internal security have become more apparent recently in the context of high inflows of refugees and irregular migrants and of increasing terrorist activities in the EU. To address these challenges, the EU has taken steps to revise and develop the European information systems in order to improve the collection, processing and sharing of data among Member States and relevant EU agencies. This publication provides an overview of the existing and proposed European information systems in the area of justice and home affairs. It discusses the legal basis, the purposes, the scope of data and access, the utilisation and the proposed changes for each information system, including issues of interoperability.

Análise aprofundada DE, EN, FR

The European services e-card

Tipo de publicação Briefing

Data 05-05-2017

Autor EISELE Katharina

Domínio de intervenção Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave análise económica | apólice de seguros | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | construção europeia | consulta pública | direito da União Europeia | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estudo de impacto | FINANÇAS | formalidade administrativa | livre prestação de serviços | mercado único | poder executivo e administração pública | princípio da proporcionalidade | princípio da subsidiariedade | seguros | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The overall impression is that the IA provides a thorough analysis of the current problems encountered. The IA indicates the likely costs and benefits of the proposed options, which are grouped into four packages. The Commission makes clear that, where possible, quantitative estimations were provided of the impacts of reducing administrative burden and/or regulatory obstacles, but underscores that there are nevertheless many other factors which influence the levels of cross-border trade and investment in services. While stakeholder consultation was broad, stakeholder support for most options is not readily apparent from the IA.

Briefing DE, EN, FR

Research for REGI Committee - Building Blocks for a Future Cohesion Policy – First Reflections

Tipo de publicação Estudo

Data 14-04-2017

Autor externo European Policies Research Centre, University of Strathclyde, Glasgow: John BACHTLER, Laura POLVERARI

Domínio de intervenção Desenvolvimento Regional

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | escolha orçamental | estratégia de crescimento da UE | financiamento do orçamento da UE | FINANÇAS | finanças da União Europeia | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | orçamento da UE | poder executivo e administração pública | quadro financeiro plurianual | regime de financiamento da UE | retirada da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The reform of the EU budget and policy priorities in the post-2020 MFF comes at a difficult time for the EU with major internal and external challenges. The challenges for economic, social and territorial cohesion remain profound. However, there are also competing pressures on the EU budget, such as keeping net payers' contributions within acceptable limits and striking the right balance between overarching EU goals and new challenges. Once again, Cohesion Policy is under pressure to justify its value in relation to EU political objectives. This study discusses the main themes relating to post-2020 Cohesion Policy, the rationale and overall framework of the policy, current and future challenges, and the post-2020 delivery system.

Estudo EN

Youth Employment Initiative: Lessons from Implementation

Tipo de publicação Briefing

Data 14-04-2017

Autor externo Andrea Meierkord

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Emprego | Orçamento | Política Social

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | combate ao desemprego | construção europeia | desemprego de jovens | difusão da informação da UE | emprego | EMPREGO E TRABALHO | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | iniciativa da UE | inserção profissional | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | regime de financiamento da UE | trabalho dos jovens | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note provides an overview of the design, outputs and first outcomes of the Youth Employment Initiative. It analyses its strengths and weaknesses concluding with a number of recommendations to increase accessibility and effectiveness.

Briefing EN

The ERANET scheme

Tipo de publicação Em síntese

Data 21-10-2016

Autor REILLON Vincent

Domínio de intervenção Política de Investigação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | empresa transnacional | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | formalidade administrativa | intercâmbio científico | investigação e propriedade intelectual | organização da investigação | poder executivo e administração pública | política de cooperação | política de investigação da UE | processo administrativo | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | tipos de empresa

Resumo The ERANET scheme, developed in 2002, was the first instrument to support joint programming of national research activities. The scheme created networks of programme owners and programme managers from national or regional research funding institutions, to foster mutual knowledge and exchange of good practices. However, the instrument revealed existing national administrative and legal barriers that prevent the implementation of transnational joint programmes, and thus had a limited impact on the fragmentation of the research landscape.

Em síntese EN

Evaluating cohesion policy for better efficiency

Tipo de publicação: Briefing

Data: 30-09-2016

Autor: WIDUTO Agnieszka

Domínio de intervenção: Assuntos Económicos e Monetários | Desenvolvimento Regional

Palavra-chave: análise económica | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | controlo financeiro | convergência económica | despesa operacional (UE) | ECONOMIA | Estado-Membro UE | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | Fundos Europeus Estruturais e de Investimento | GEOGRAFIA | geografia económica | investimento da UE | orçamento | poder executivo e administração pública | política económica | política regulamentar | programa operacional | regiões e política regional | repartição do financiamento da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: The principles guiding cohesion policy for the 2014-2020 period include efficiency and a results-oriented approach. Evaluation is an important tool for assessing the impact of cohesion policy programmes and the contribution of funding to EU objectives, evidencing the performance of policies with concrete data. It can also translate into better efficiency, improved implementation and more effective policy design. However, evaluation also encounters challenges related to resources and administrative capacities, political pressures, the availability of data and the limitations of evaluation methods. The regulations on the European Structural and Investment Funds lay down a variety of reporting requirements, evaluation procedures and indicators to be monitored. Evaluations are carried out at the ex-ante, interim and ex-post stages, applying various quantitative and qualitative methods. Member States and the European Commission prepare reports at various points in the programming period using the findings obtained in the process of evaluating themes, programmes and projects. Ex-post evaluations for the 2007-2013 programming period are still under way, with a number of preliminary findings already available. The first implementation reports for the current 2014-2020 period were released in May this year, while a summary report from the European Commission is expected by the end of 2016.

Briefing EN

Research for CULT Committee - Erasmus+: Decentralised Implementation - First Experiences

Tipo de publicação: Estudo

Data: 07-07-2016

Autor externo: Irina Ferencz, Marija Mitic and Bernd Wächter (ACA)

Domínio de intervenção: Cultura | Programação

Palavra-chave: ATIVIDADE POLÍTICA | avaliação de projeto | construção europeia | cooperação em matéria de educação | descentralização | educação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | financiamento da UE | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | formação profissional | gestão administrativa | gestão financeira | intercâmbio escolar | poder executivo e administração pública | política de cooperação | programa da UE | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: Erasmus+ is the Union programme in the field of education, training, youth and sport for the financial period from 2014 to 2020. This study looks into the implementation of the decentralised actions of the Erasmus+ programme by National Agencies, two and a half years into the programme period. Its aim is to map the opportunities and challenges encountered in the implementation of these actions and to formulate recommendations for improvement.

Estudo EN

Legal Obligations Relating to Emission Measurements in the EU Automotive Sector

Tipo de publicação: Estudo

Data: 15-06-2016

Autor externo: Holger HEINFELLNER, Clemens KONRAD, Günther LICHTBLAU, Barbara SCHODL, Gudrun STRANNER and Ralf WINTER

Domínio de intervenção: Ambiente | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave: AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | automóvel | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | degradação do ambiente | direito da União Europeia | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | formalidade administrativa | gás de combustão | homologação | INDÚSTRIA | indústria automóvel | indústria mecânica | metrologia | motor diesel | norma ambiental | organização de empresas | poder executivo e administração pública | poluição automóvel | política ambiental | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | sanção (UE) | tecnologia e regulamentação técnica | transporte terrestre | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA | ética empresarial

Resumo: This study looks at the discrepancy in NOx emissions between type-approval tests and real-world driving. It examines the legal stakeholder obligations with regard to emission measurements in the European type-approval process and offers insights into the practical implementation of type-approval procedures throughout the EU.
This study was provided by Policy Department A at the request of the Committee of Inquiry into Emission Measurements in the Automotive Sector (EMIS).

Estudo EN

Síntese DE, FR

Research for REGI Committee - Simplified Cost Options in Practice

Tipo de publicação: Estudo

Data: 15-06-2016

Autor externo: Mike Beke, Roland Blomeyer, Nicolò Franceschelli, Elsa Perreau and Antonio Sanz

Domínio de intervenção: Desenvolvimento Regional

Palavra-chave: ATIVIDADE POLÍTICA | desenvolvimento regional | direito da União Europeia | ECONOMIA | Estado-Membro UE | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional | Fundo Social Europeu | GEOGRAFIA | geografia económica | poder executivo e administração pública | princípio de segurança jurídica | programa operacional | regime de financiamento da UE | regiões e política regional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: This study reviews experience with the application of Simplified Cost Options (SCOs), primarily under the European Regional Development Fund, in the programming periods 2007-2013 and 2014-2020. The focus is on the achievement of the immediate and wider objectives of the SCOs, notably the reduction of administrative burden/cost and the refocussing of resources from financial reporting and control to the implementation and achievement of policy objectives. The study presents the first evidence that the uptake of SCOs, owing to the improved regulatory framework and to enhanced guidance, has increased in the 2014-2020 programming period and that the SCOs are achieving their intended objectives.

Estudo: EN

Competitiveness of Enterprises and SMEs (COSME)

Tipo de publicação: Briefing

Data: 09-06-2016

Autor: SVASEK Martin

Domínio de intervenção: Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Orçamento

Palavra-chave: acesso ao mercado | ATIVIDADE POLÍTICA | avaliação de projeto | capital de risco | competitividade | construção europeia | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | espírito empresarial | financiamento da empresa | financiamento da UE | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | garantia do investimento | gestão administrativa | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de capitais | organização de empresas | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política comercial | programa da UE | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: COSME is a programme of the European Union which supports enterprises (in facilitating access to finance, supporting internationalisation, creating an environment favourable to competitiveness, encouraging entrepreneurship) in order to help them grow and create jobs.

Briefing: EN

Easier acceptance of public documents

Tipo de publicação: Em síntese

Data: 02-06-2016

Autor: ODINK Ingeborg

Domínio de intervenção: Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave: ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação administrativa | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | direito internacional | direito penal | documentação | documento oficial | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | estado civil | Europa dos cidadãos | formalidade administrativa | livre circulação de pessoas | poder executivo e administração pública | registo criminal | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: In May, the European Parliament is due to vote on a proposal for a regulation on promoting the free movement of citizens and businesses by simplifying the requirements for presenting certain public documents issued by another Member State. The proposal, one of the key initiatives presented by the Commission during the European Year of Citizens in 2013, is also intended to contribute to the European Union's ‘Justice for growth’ policy.

Em síntese: DE, EN, ES, FR, IT, PL

Barriers to SME growth in Europe

Tipo de publicação: Briefing

Data: 26-05-2016

Autor: SZCZEPANSKI Marcin

Domínio de intervenção: Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave: ajuda às empresas | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | consequências económicas | crescimento da empresa | criação de emprego | despesas gerais | ECONOMIA | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | financiamento da empresa | financiamento e investimento | FINANÇAS | fiscalidade | formalidade administrativa | gestão contabilística | imposto sobre as sociedades | organização de empresas | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política económica | recessão económica | situação económica | tipos de empresa

Resumo: Small and medium-sized enterprises (SMEs), which represent 99% of all businesses in the EU, play a pivotal role in its economy. Nevertheless, in comparison to larger firms, they often face significant obstacles – internal, administrative and financial – which affect them disproportionately. SMEs have been affected negatively by the economic crisis, which is manifested in a reduction in the sector's employment figures. The financial and sovereign debt crises have also had a negative impact on the financing of SMEs, especially in the hardest-hit countries. Perhaps unsurprisingly, important differences exist in access to finance both within the euro area and between the 'old' (EU-15) and 'new' (EU-13) Member States. Concerning the recovery from the crises, the picture also remains mixed. Administrative and regulatory obstacles are often highlighted by SMEs as being a significant burden on their growth. It is substantially more costly for smaller firms to comply with regulations and few Member States actively support SMEs when it comes to tax provisions, or take their specific characteristics into account when drafting legislation. The European Parliament has been a long-standing advocate of an environment for SMEs that is conducive to growth.

Briefing: EN

Challenges for EU cohesion policy: Issues in the forthcoming post-2020 reform

Tipo de publicação: Briefing

Data: 10-05-2016

Autor: MARGARAS Vasileios

Domínio de intervenção: Desenvolvimento Regional

Palavra-chave: ajustamento estrutural | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | desenvolvimento regional | ECONOMIA | economia monetária | estratégia de crescimento da UE | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | Fundo de Coesão | governação económica (UE) | indicador económico | poder executivo e administração pública | política económica | QUESTÕES SOCIAIS | regime de financiamento da UE | região desfavorecida | regiões e política regional | UNIÃO EUROPEIA | urbanismo | urbanismo e construção civil

Resumo: In a 2015 speech, European Commissioner for Regional Policy, Corina Crețu, re-ignited the debate on the post-2020 cohesion policy reform by suggesting ten main issues for future reflection. Many of them are already prominent in discussions amongst European, local and regional policy-makers. One such issue is about the way the EU's cohesion policy can best contribute to its two complementary objectives: competitiveness and cohesion. Another issue concerns the best way to support lagging regions, especially those which, in spite of decades of EU support, have not converged towards the EU average. Yet another focuses on whether cohesion policy should continue to invest in advanced EU regions, especially in wealthy metropolitan ones. The way cohesion policy can better support growth, jobs and innovation outside heavily populated areas and regions with special geographical characteristics, is also a dominant issue of discussions in policy circles. Special attention is also paid to the role of the urban dimension in cohesion policy. Finding the most efficient form of support is an important point of reflection: should it be grants, repayable assistance, financial instruments, or possibly a mix of all of these along with further thematic concentration? In addition, the way that cohesion policy addresses new or growing challenges (such as energy security, migration and the digital economy) is widely debated. Other issues to consider are the simplification of policy for beneficiaries, the importance of achieving better governance and the contribution of cohesion policy to the EU's economic governance. Last but not least, the method of allocation of cohesion policy funds is another thought-provoking issue.

Briefing: EN, FR

Multimédia: The post 2020 challenges for the EU cohesion policy

The fourth railway package: 'Technical pillar'

Tipo de publicação: Em síntese

Data: 25-04-2016

Autor: SCORDAMAGLIA Damiano

Domínio de intervenção: Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Transportes

Palavra-chave: Agência Ferroviária da União Europeia | ATIVIDADE POLÍTICA | competência institucional | construção europeia | formalidade administrativa | homologação | instituições da União Europeia e função pública europeia | instância de controlo | poder executivo e administração pública | política de transportes | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | quadro político | rede ferroviária | rede transeuropeia | segurança dos transportes | tecnologia e regulamentação técnica | transporte terrestre | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA | veículo sobre carris | vida política e segurança pública

Resumo: Running a train from one country to another is fairly complex and costly as it requires technical compatibility of different railway systems and infrastructure, as well as a common approach to safety. Despite the noteworthy achievements made by the EU since the late 1980s to harmonise rail systems and to create an integrated EU railway area, improvement is still needed to streamline the procedures and the management of technical systems and rules.

Em síntese: DE, EN, ES, FR, IT, PL

Multimédia: Technical pillar of the fourth railway package

Research for REGI Committee - E-Cohesion

Tipo de publicação Estudo

Data 15-04-2016

Autor externo Jürgen Pucher, Isabel Naylon, Herta Tödtling-Schönhofer (Metis GmbH)

Domínio de intervenção Desenvolvimento Regional

Palavra-chave administração eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | coordenação de financiamentos | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Estado-Membro UE | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | GEOGRAFIA | geografia económica | gestão administrativa | informação e tratamento da informação | informática de gestão | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | interligação entre sistemas | poder executivo e administração pública | processamento de dados | regime de financiamento da UE | sistema de informação de gestão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo E-Cohesion requirements as outlined in Article 122(3) of the draft Common Provisions Regulation for the 2014-2020 European Structural and Investment Funds programme period aim at reducing the administrative burden for beneficiaries of Cohesion Policy. This study looks at the e-Cohesion options presented in the Partnership Agreements and the state of play of their implementation. Most Member States developed functioning IT systems in the previous programming period and these are now being further developed and adapted to improve interoperability and to be fully compatible with the System for Fund Management (SFC).

Estudo EN

Research for REGI Committee - Mid-Term Review of the MFF and Cohesion Policy

Tipo de publicação Briefing

Data 15-04-2016

Autor HAASE Diana

Domínio de intervenção Desenvolvimento Regional | Programação

Palavra-chave ajustamento estrutural | ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | coordenação de financiamentos | ECONOMIA | economia monetária | execução do orçamento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | governação económica (UE) | instrumento financeiro da UE | orçamento | orçamento geral (UE) | poder executivo e administração pública | política económica | política orçamental | regime de financiamento da UE | regulamento financeiro | revisão das perspetivas financeiras | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This document analyses the following topics:
- MFF Review/revision, adjustment of cohesion policy envelopes;
- Scope of the MFF Review/Revision - according to Commission sources;
- Main policy objectives of the MFF review with relevance for cohesion policy;
- Post 2020 MFF: its duration and strategic alignment to Union objectives.

Briefing EN

Accessibility requirements for products and services - The European Accessibility Act: Initial Appraisal of a European Commission Impact Assessment

Tipo de publicação Briefing

Data 12-04-2016

Autor MANIAKI-GRIVA Alexia

Domínio de intervenção Avaliação do Impacto ex-ante | Mercado Interno e União Aduaneira | Política Social

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | construção europeia | contrato público | convenção ONU | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | estudo de impacto | facilidades para deficientes | formalidade administrativa | harmonização das normas | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de mercadorias | mercado único | poder executivo e administração pública | política comercial | política internacional | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA | vida social

Resumo This note seeks to provide an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's Impact Assessment (IA) accompanying the above proposal, submitted on 12 December 2015 and referred to Parliament's Committee on Internal Market and Consumer Protection. While considerable effort has clearly been put into preparing this report and to providing information in a transparent manner, the length and level of detail do not always support clear analysis of the problem definition and clear explanation of the methodology. Although the Commission consulted widely on the issue of accessibility and made use of external expertise, the data used appears rather old. Moreover, the views of disabled citizens, who are meant to be the major end-beneficiaries of the proposal, are not explicitly apparent and could perhaps have been better reflected throughout the IA. A more detailed exploration of social considerations to counterbalance the largely economic analysis would have been welcome, despite the internal market focus of this proposal. Please click here for the full publication in PDF format

Briefing DE, EN, FR

Reducing Costs and Barriers for Businesses in the Single Market

Tipo de publicação: Estudo

Data: 11-04-2016

Autor externo: Moritz Immanuel GODEL, Annette HARMS, Siôn JONES and Iris MANTOVANI (LE Europe)

Domínio de intervenção: Comércio internacional | Governação Mundial | Mercado Interno e União Aduaneira | Programação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave: administração eletrónica | análise de custos-benefícios | ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | comunicação | comércio eletrónico | comércio internacional | comércio intra-UE | construção europeia | consulta pública | consumo | contrato público | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | entrave não pautal | FINANÇAS | fiscalidade | formalidade administrativa | gestão contabilística | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | IVA | mercado único | poder executivo e administração pública | política aduaneira | política comercial | proteção do consumidor | simplificação das formalidades | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: The study points that reducing business costs and regulatory and market barriers is necessary to complete the Single Market. However, monitoring of barriers and costs in the EU is piecemeal and unsystematic, quantification and clear identification of barriers and costs is lacking, which makes prioritisation of policy actions difficult. Resulting costs of slow reform process and vague initiatives with uncertain time horizons in the area of e-commerce alone amount to €748 billion. As indicated by examples of Estonia and South Korea, ICT and e-government can be particularly efficient in reducing these costs and barriers.
The study was prepared for Policy Department A at the request of the Internal Market and Consumer Protection Committee.

Estudo: EN

Cross Border Acquisitions of Residential Property in the EU: Problems Encountered by Citizens

Tipo de publicação: Estudo

Data: 05-04-2016

Autor externo: Peter Sparkes (University of Southampton), Dilsen Bulut (ZERP, University of Bremen), Magdalena Habdas (University of Silesia), Mark Jordan (Southampton Law School), Héctor Simón Moreno (University Rovira i Virgili, Tarragona), Sergio Nasarre Aznar (University Rovira i Virgili, Tarragona), Tommi Ralli (ZERP, University of Bremen) and Christoph Schmid (ZERP, University of Bremen)

Domínio de intervenção: Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave: aquisição de propriedade | ATIVIDADE POLÍTICA | competência da UE | consumo | crédito imobiliário | demografia e população | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | direito internacional | direito nacional | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Estado-Membro UE | estudo comparativo | FINANÇAS | fiscalidade | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | GEOGRAFIA | geografia económica | imposto local | instituições financeiras e crédito | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de pessoas | mercado imobiliário | migração comunitária | migrações | poder executivo e administração pública | propriedade fundiária | propriedade imobiliária | proteção do consumidor | QUESTÕES SOCIAIS | residência | UNIÃO EUROPEIA | urbanismo e construção civil

Resumo: This study was commissioned by the European Parliament's Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs at the request of the JURI Committee. It identifies and analyses the legal and practical difficulties that an EU citizen faces when buying properties abroad and investigates what can be done to assist an EU citizen when buying residential immovable property in another Member State, making ten recommendations to improve their lot.

Estudo: DE, EN, FR

Exchange of Information on Third Country Nationals – European Criminal Records Information System: Initial Appraisal of a European Commission Impact Assessment

Tipo de publicação: Briefing

Data: 17-03-2016

Autor: DALLI HUBERT

Domínio de intervenção: Avaliação do Impacto ex-ante | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave: análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação de dados | construção europeia | cooperação judiciária em matéria penal (UE) | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | direito penal | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | estrangeiro | estudo de impacto | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | poder executivo e administração pública | registo criminal | sistema de informação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: This note seeks to provide an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's Impact Assessment accompanying the Commission proposal on the European Criminal Records Information System, submitted on 19 January 2016 and referred to Parliament's Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs. The European Criminal Records Information System (ECRIS) is an electronic system allowing Member States to exchange information on previous convictions against an individual by criminal courts in the European Union (EU). It is based on the principle that each Member State keeps a record of all convictions against its nationals, including those given in other Member States. The exchange of information is intended to be used in new criminal proceedings against that person, but national laws can widen the scope for such exchange of information for other purposes. The IA provides logical qualitative analysis linking the problem, its underlying drivers, the objectives and the policy options to address it. The qualitative analysis is reasonable, makes concrete arguments and is substantiated with up-to-date statistical data, although one might question the decision not to hold the mandatory 12 week open public consultation. In the discussion of the policy options, it would appear that only options 3 and 4 were actually considered as viable alternatives. In its analysis of the costs, the IA draws considerably on the Kurt Salmon report, which provides a convincing evaluation of options 3 and 4 with regard to substantive compliance costs. Where the IA goes beyond the data and analysis provided in the Kurt Salmon report, however, there are instances where the assessment appears less clear. With regard to the shift in preference from the voluntary use of fingerprints for the identification of TCN (favoured as a preferred sub-option in the IA) to the mandatory use of fingerprints (the sub-option chosen in the proposal), one possibility may be that the weighting of the arguments for and against the different sub-options might have changed prior to adoption of the proposal due to the particularly volatile security situation in the EU.

Briefing: DE, EN, FR

Interinstitutional Agreement on Better Law-Making

Tipo de publicação Briefing

Data 08-03-2016

Autor ALEIXO MANUEL | FERGER Julia

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave acordo interinstitucional | análise económica | aplicação do direito da UE | ATIVIDADE POLÍTICA | autorização legislativa | codificação do direito da UE | DIREITO | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | estudo de impacto | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | poder executivo e administração pública | simplificação legislativa | transparência do processo de decisão | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The new Interinstitutional Agreement on Better Law-Making, adopted by the European Parliament on 9 March 2016, replaces the 2003 Interinstitutional Agreement with the same name.

The Commission initially presented its proposal on 19 May 2015. Part of its better regulation agenda, the proposal was announced as one of the ten priorities of the Juncker Commission at the start of its term, with the aim to design EU policies and laws so that they achieve their objectives in the most efficient and effective way possible.

Briefing EN

Aviation strategy — European Union Aviation Safety Agency: Initial Appraisal of a European Commission Impact Assessment

Tipo de publicação Briefing

Data 25-02-2016

Autor ZANDERSONE Laura

Domínio de intervenção Avaliação do Impacto ex-ante | Transportes

Palavra-chave Agência Europeia para a Segurança da Aviação | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | aviação civil | competitividade | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de impacto | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | mercado único | organização de empresas | poder executivo e administração pública | política de transportes | segurança aérea | simplificação legislativa | transporte aéreo e espacial | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The main strengths of the IA are its apparently solid information base, including the two supporting studies, as well as good presentation of stakeholder views and the results of the public consultation throughout. It is, however, unfortunate that the external supporting studies do not appear to be publicly available. The IA would have benefitted from a clearer and more complete presentation of the background information and problem definition, as well as more direct reference to the evidence identified. There appears to be a certain bias towards the preferred options, as far as the way in which options are presented is concerned; the question remains as to whether additional options could have been considered in order to provide a broader choice of genuine alternatives. There are also some technical presentation issues, such as rather inconsistent numbering of the items in some sections. It is striking that no reference whatsoever appears to be made to the existence of a second, separate IA (on drones) which accompanies the same proposal and thus is presumably intended to complete the overall analysis.

Briefing EN

Action Plan on Building a Capital Markets Union - Prospectus Regulation: Initial Appraisal of a European Commission Impact Assessment

Tipo de publicação Briefing

Data 25-02-2016

Autor COLLOVA Claudio

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Assuntos Económicos e Monetários | Avaliação do Impacto ex-ante

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | consumo | DIREITO | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | emissão de títulos | estudo de impacto | financiamento da empresa | financiamento e investimento | FINANÇAS | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | garantia do investimento | informação do consumidor | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | livre circulação de capitais | poder executivo e administração pública | regulamentação financeira | simplificação legislativa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Overall, this appraisal considers whether the quality of research and analysis presented in the Commission's IA is fit for purpose – that is to say, whether the IA serves what should be one of its fundamental aims, which is to facilitate better-informed decision-making throughout the legislative process.After an initial screening, it concludes that the Impact Assessment does indeed provide some essential elements to assist decision-makers in understanding the rationale of the choices made by the Commission. However, it has a number of weaknesses which somewhat compromise its quality. Firstly, there seems to be a mismatch between the intended broad legislative overhaul, repealing the existing Directive and its Implementing Regulation, and the deliberately targeted analysis of the IA, which - focusing largely on six important issues - is bound to leave some other areas unexplored. Secondly, the Commission's decision not to carry out a fully-fledged evaluation is debatable and leaves some gaps in the analysis. While acknowledging the extreme complexity of the subject matter, a wider selection of options than the one presented in the IA might reasonably have been expected. Finally, some impacts, such as the anticipated effects on main groups of Member States, impacts on employment and on third countries, could have been better developed.

Briefing EN

Research for REGI Committee - Enhancing the Competitiveness of SMEs

Tipo de publicação Briefing

Data 15-02-2016

Autor AZEVEDO Filipa | HAASE Diana

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Desenvolvimento Regional | Indústria | Programação

Palavra-chave ajuda às empresas | ATIVIDADE POLÍTICA | avaliação da ajuda | coesão económica e social | competitividade | construção europeia | cooperação entre empresas | coordenação de financiamentos | desenvolvimento regional | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | financiamento da empresa | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | fundos estruturais | organização de empresas | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política de cooperação | política económica | programa operacional | regime de financiamento da UE | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Small and Medium-sized enterprises (SMEs) are essential to the economies of EU regions, both in terms of employment and competitiveness . In 2014, SMEs employed almost 90 million people and it has been estimated that for every km2 of land surface the EU has an average of 5 SMEs. Almost all SMEs (93%) are micro enterprises and employ less than 10 people and the majority of SMEs are active in the five following sectors: ‘wholesale and retail trade’, ‘manufacturing’, ‘construction’, ‘business services’ and ‘accommodation and food services’.
For the 2014-2020 period the European Structural and Investment Funds (ESI Funds) support investments in SMEs through all thematic objectives, particularly through Thematic Objective 3 (TO3) on enhancing the competitiveness of SMEs, of the agricultural sector (for the EAFRD) and of the fishery and aquaculture sector (for the EMFF). In order to first evaluate the main challenges of the implementation of TO3, the European Parliament Committee on Regional Development (EP REGI) requested the Policy Department for Structural and Cohesion Policies to draw up this briefing in support of the ongoing implementation report on "Enhancing the competitiveness of SMEs" (Rapporteur: Rosa D'Amato).

Briefing EN

CAP simplification: State of play

Tipo de publicação Briefing

Data 05-01-2016

Autor TROPEA Francesco

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural

Palavra-chave agricultura sustentável | AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | ajuda à agricultura | ATIVIDADE POLÍTICA | desenvolvimento rural | ECONOMIA | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | organização comum de mercado | poder executivo e administração pública | política agrícola | reforma da PAC | regime de financiamento da UE | regiões e política regional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Common Agricultural Policy (CAP) for 2014-2020, with a budget of €408.31 billion and more than 7 million beneficiaries across Europe, was approved in 2013. At Member State level, implementation began in 2015 and is still ongoing. In this context, simplification of the CAP is an objective shared by the European institutions as well as national administrations, stakeholders, and above all, farmers.

The Commission considers CAP simplification to be a key priority, even more today than in the past, as confirmed by Agriculture Commissioner Phil Hogan's address to the European Parliament Committee on Agriculture and Rural Development in December 2014. The Commission has already started the simplification process, and at the end of 2015 put forward a technical simplification package consisting of delegated and implementing acts. Another simplification package is scheduled for spring 2016.

In May 2015, at the European Parliament hearing on 'How to simplify the Common Agricultural Policy', some Members insisted that, if the Commission were serious about simplifying the CAP and reducing bureaucracy, it would need to review the legal text and not simply make changes by way of secondary legislation.

Nonetheless, it appears unlikely that a major restructuring of the basic architecture of the CAP will take place in the current programming period. Instead, a fine-tuning or light review of certain of its elements might be anticipated. More substantial proposals for a post 2020 CAP might be presented only after 2017, in line with the communication on the post 2020 Multiannual Financial Framework. In this context, particularly regarding the political elements of the CAP, the role of the European Parliament, as co-legislator, is significant and will be of utmost importance for an effective simplification process.

Briefing EN

The EU Trademark reform package

Tipo de publicação Briefing

Data 14-12-2015

Autor MADIEGA Tambiama André

Domínio de intervenção Direito da Propriedade Intelectual

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação administrativa | DIREITO | direito da União Europeia | direito de marcas | direitos e liberdades | elaboração do direito da UE | FINANÇAS | fiscalidade | formalidade administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia | investigação e propriedade intelectual | liberdade de expressão | marca da UE | organização dos transportes | parafiscalidade | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | TRANSPORTES | trânsito | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Commission, the Council and the European Parliament (EP) have reached a second-reading agreement on the trademark reform package. Following the Legal Affairs Committee reports adopted on 3 December 2015, the EP plenary is set to approve the amended legislation and the renaming of the Office for Harmonization in the Internal Market (OHIM) as 'European Union Intellectual Property Office'.

In March 2013, the Commission presented a package of proposals for amending the Trademark Regulation and the Trademark Directive as well as for adjusting the fees payable to OHIM. The Commission's main objective in proposing this reform was to make the EU trademark system more accessible, efficient and less costly for business.

The new legislation specifically aims at simplifying, accelerating and harmonising trademark application procedures; at increasing legal certainty by clarifying some provisions; at ensuring better coordination between the EU trademark agency and national offices for the purpose of promoting convergence of practices and common tools; at putting the legislation into line with the Lisbon Treaty; and at updating the governance rules of the EU trademark agency.

Briefing EN

Implementation of the European Progress Microfinance Facility

Tipo de publicação Em síntese

Data 08-12-2015

Autor DELIVORIAS Angelos

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Emprego

Palavra-chave atividade não assalariada | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | criação de emprego | difusão da informação da UE | ECONOMIA | economia social | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estrutura económica | financiamento da empresa | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | inserção profissional | instituições da União Europeia e função pública europeia | instituições financeiras e crédito | microcrédito | microempresa | microfinança | poder executivo e administração pública | programa da UE | regime de financiamento da UE | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Parliament will discuss in Plenary the European Commission 2013 report on the implementation of the European Progress Microfinance Facility for employment and social inclusion, a programme that aims to increase the availability of microcredit and which, as of 2014, has been integrated into the umbrella programme for social change and innovation (EaSI).

Em síntese EN

Agreement on Community trademark reform

Tipo de publicação Em síntese

Data 08-12-2015

Autor MADIEGA Tambiama André

Domínio de intervenção Direito da Propriedade Intelectual

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação administrativa | DIREITO | direito da União Europeia | direito de marcas | direitos e liberdades | elaboração do direito da UE | FINANÇAS | fiscalidade | formalidade administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia | investigação e propriedade intelectual | liberdade de expressão | marca da UE | organização dos transportes | parafiscalidade | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | TRANSPORTES | trânsito | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Commission, the Council and the European Parliament (EP) have reached a second-reading agreement on the trademark reform package. The Council accepted a significant number of amendments introduced by the EP. Following the Legal Affairs Committee reports adopted on 3 December 2015, the EP plenary is set to approve the amended legislation and the renaming of the 'Office for Harmonization in the Internal Market' as 'European Union Intellectual Property Office'. Please click here for the full publication in PDF format

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

The liberalisation of EU port services

Tipo de publicação Briefing

Data 07-12-2015

Autor KATSAROVA Ivana | PAPE Marketa

Domínio de intervenção Desenvolvimento Regional | Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Transportes

Palavra-chave acesso ao mercado | ATIVIDADE POLÍTICA | auxílio estatal | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | emprego | EMPREGO E TRABALHO | formalidade administrativa | instalação portuária | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | liberalização do mercado | livre prestação de serviços | organização dos transportes | organização dos transportes | poder executivo e administração pública | política aduaneira | política comercial | política de transportes | política económica | política portuária comum | simplificação das formalidades | taxa de infraestrutura | transporte marítimo e fluvial | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Serving as access points to Europe, the European Union's approximately 1 200 seaports are crucial both for its transport sector and its competitiveness. They also have significant potential for creating jobs and attracting investors.

The European Commission plans to redress the huge disparities in performance levels by modernising the port services offered by the EU's 329 main seaports. The reform is aimed at eliminating unfair competition, guaranteeing a level playing field and improving the commercial efficiency of ports. Two previous attempts to liberalise port services (in 2001 and 2004) provoked controversy, particularly regarding their social/labour market aspects, and were rejected by the European Parliament.

The latest initiative combines a legislative and a 'soft' approach. The previously contentious cargo handling and passenger services will not be opened up to the market through legislation. Instead, the Commission is focusing on establishing a clear framework for market access to port services and common rules on the transparency of public funding for ports and the charges for users. The 'soft' approach comprises an action plan and the launch of sectoral social dialogue.

A more recent edition of this document is available. Find it by searching by the document title at this address: http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/home.html

Briefing EN

Open Innovation In Industry, Including 3D Printing

Tipo de publicação Em síntese

Data 01-12-2015

Autor DIMOVA MAGDALENA | GOUARDERES Frederic

Domínio de intervenção Indústria | Política de Investigação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | conceção assistida por computador | conceção do produto | desenvolvimento regional | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | formalidade administrativa | impacto das tecnologias da informação | impressora | INDÚSTRIA | informática e processamento de dados | mudança tecnológica | poder executivo e administração pública | política e estruturas industriais | política industrial da UE | produção assistida por computador | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | regiões e política regional | revolução industrial | tecnologia e regulamentação técnica

Resumo TThe study Open Innovation in Industry, Including 3D Printing includes a number of examples on good practices developed in different Member States. The study looks at the broad concept of open innovation as such and also in relation with key enabling technologies like 3D printing which is on the peak of inflated expectations. They should be viewed as parallel and even reinforcing developments. Further the document makes policy recommendations for actions at EU, national and regional level This leaflet presents the key findings of the study.
Link to the original publication:
http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/563445/IPOL_STU(2015)563445_EN.pdf

Em síntese EN

Electronic budgeting: Innovative approaches to budgeting

Tipo de publicação Briefing

Data 27-11-2015

Autor SGUEO Gianluca

Domínio de intervenção Democracia | Orçamento

Palavra-chave acesso à informação | administração eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | difusão da informação | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | FINANÇAS | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | fosso digital | gestão eletrónica de documentos | impacto das tecnologias da informação | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | orçamento do Estado | poder executivo e administração pública | sociedade civil | vida política e segurança pública

Resumo There is scarcely any aspect of government activity that does not involve the use of information and communication technologies (ICTs). The EU has supported the building of digital infrastructures and the sharing of best practices on efficient delivery of e-government services for the last 15 years. One of the goals of the EU Digital Action Plan was to increase the take-up of e-government services by 50% of citizens and 80% of businesses by 2015. The introduction of digitalised procedures also affects the budgetary field. Scholars address ICT applications used for budgetary functions, procedures, or services across the budgetary cycle (planning, programming, budgeting, appropriations, control, and evaluation of financial resources), using the term 'e-budgeting'. e-budgeting refers to the digitalisation of budgetary procedures, the diffusion of Open Data (i.e. the diffusion of budgetary information to the public in an open format) and Big Data (i.e. the use of complex databases of budgetary information to inform policy-making). One of the most distinctive features of e-budgeting (and e-government in general) is that it promotes an active role for citizens and civil society organisations. A diffuse movement of activists and civil society organisations champions the use of digital technologies within public decision-making procedures to enhance citizens' participation and to control governmental activities. Please click here for the full publication in PDF format

Briefing EN

Interoperability for a modern public sector

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-11-2015

Autor DAVIES Ron

Domínio de intervenção Democracia

Palavra-chave administração e remuneração do pessoal | administração eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | concurso administrativo | construção europeia | cooperação transfronteiriça | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPREGO E TRABALHO | fluxo de dados transfronteiriço | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | intercâmbio de informação | interligação entre sistemas | poder executivo e administração pública | política de cooperação | programa da UE | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The electronic services of European public administrations need to interoperate to support citizens and businesses studying or working in other Member States, as well as to reduce costs and realise efficiencies for governments. A renewed EU programme for 2016-2020 proposes to continue support for interoperable e-government services, emphasising open data and the re-use of digital solutions.

Em síntese DE, EN, ES, FR, IT, PL

Research for REGI Committee - Tools to support the territorial and urban dimension in cohesion policy: Integrated Territorial Investment (ITI) and Community-Led Local Development (CLLD)

Tipo de publicação Briefing

Data 30-10-2015

Autor AZEVEDO Filipa

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática

Palavra-chave administração local | administração regional | ajuda regional | ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | desenvolvimento regional | desenvolvimento rural | ECONOMIA | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | fundo (UE) | modo de financiamento | ordenamento do território | poder executivo e administração pública | política de cooperação | política económica | QUESTÕES SOCIAIS | regime de financiamento da UE | regiões e política regional | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA | urbanismo e construção civil | urbanização | utilização da ajuda

Resumo For the 2014-2020 programming period the regulations encourage the usage of integrated and place-based oriented approaches to foster economic, social and territorial cohesion , at the same time putting a greater weight on urban development actions in order to attain the Europe 2020 Strategy goals. These territorial approaches can be implemented by using tools such as the Integrated Territorial Investment (ITI) and the Community-Led Local Development (CLLD). The Partnership Agreements, between the Member States and the European Commission, should indicate how ITI and CLLD will be used by Member States and the types of areas and challenges that these mechanisms will address.

Briefing EN

Speeding up authorisation of novel foods

Tipo de publicação Em síntese

Data 20-10-2015

Autor LAANINEN Tarja

Domínio de intervenção Segurança Alimentar

Palavra-chave agroalimentar | AGROALIMENTAR | ATIVIDADE POLÍTICA | Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos | autorização de venda | clonagem | comercialização | consumo | direito da União Europeia | elaboração do direito da UE | formalidade administrativa | importação (UE) | INDÚSTRIA | informação do consumidor | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | legislação alimentar | nanotecnologia | poder executivo e administração pública | política e estruturas industriais | produto alimentar | produto alimentar | produto novo | produção alimentar | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | segurança dos alimentos | tecnologia alimentar | tecnologia alimentar | tecnologia e regulamentação técnica | trocas comerciais | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In December 2013, the European Commission presented a proposal to clarify the definition of novel foods, take into account new technologies in food-making, and streamline and speed up the authorisation process. The proposal also seeks to make it easier for traditional foods from countries outside the European Union (EU) to enter the EU market. A compromise following negotiations in trilogue is awaiting a vote in the October III plenary session.

Em síntese EN

Multimédia Speeding up authorisation of novel foods

Revising the EU's financial rules

Tipo de publicação Em síntese

Data 30-09-2015

Autor SGUEO Gianluca

Domínio de intervenção Controlo Orçamental | Orçamento

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | contrato público | direito da União Europeia | diretiva (UE) | execução do orçamento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | orçamento | orçamento geral (UE) | poder executivo e administração pública | política comercial | regulamento financeiro | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The financial rules (FR) applicable to the general budget of the European Union (EU) – Regulation (EU, Euratom) No 966/2012 of the European Parliament and Council of 25 October 2012 – set out the operating principles and basic rules governing the EU budget. The proposal to amend the FR follows the adoption of new rules on public procurement and the award of concession contracts.

Em síntese EN

Towards a Revision of the European Citizens' Initiative?

Tipo de publicação Estudo

Data 15-07-2015

Autor externo Marta BALLESTEROS and Sara FIORENTINI (Milieu Ltd., Belgium)

Domínio de intervenção Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadania europeia | Comissão Europeia | competência institucional (UE) | construção europeia | democracia participativa | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | petição | poder de iniciativa | poder executivo e administração pública | processo administrativo | proteção dos dados | quadro político | recolha de dados | regulamento (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo At the request of the PETI committee, the Study provides an overview of the most significant difficulties faced by organisers when setting up and running a European Citizens' Initiative (ECI) and an in-depth analysis of the possible solutions based on a review of the latest reports by EU Institutions on this issue. The aim of the Study is to propose recommendations or measures to improve the ECI as an effective tool for participatory democracy in the EU in view of the current discussion concerning the revision of Regulation (EU) No 211/2011 on the Citizens' Initiative. The ultimate goal is to define an ECI process with fewer costs and unnecessary burdens for EU citizens which would empower them to actively participate in shaping the future of Europe.

Estudo EN

Cross-Border Volunteering: Cost of Non-Europe Report

Tipo de publicação Estudo

Data 15-07-2015

Autor DEL MONTE Micaela | ZANDSTRA Thomas

Autor externo Annex I of this study has been written by Levent Altan, Vanessa Leigh, Jelena Milovanovic, Nienke Van Der Burgt (legal/policy analysis) and Guillermo Hernández, Sandra Planes and Gijs Nolet (cost assessment), at the request of the European Added Value Unit of the Directorate for Impact Assessment and European Added Value, within the Directorate General for Parliamentary Research Service of the European Parliament.

The study was supported by a panel of senior experts: Gabriella Civico (European Volunteer Centre); Robert Leigh (Senior Consultant, United Nations Volunteers (UNV)); Eberhard Lueder (Red Cross EU Office) and Alix Masson (European Youth Forum). Piotr Sadowski (CSV and Volonteurope) carried out the peer review.

Domínio de intervenção Cultura | Educação | Política Social | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave acção da UE | análise de custos-benefícios | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | direito civil | direito de residência | direito internacional | educação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | educação informal | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estatuto jurídico europeu | formalidade administrativa | gestão contabilística | organização de beneficência | poder executivo e administração pública | política de cooperação | QUESTÕES SOCIAIS | reconhecimento das qualificações profissionais | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | sociedade civil | solidariedade social | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública | vida social | voluntário internacional

Resumo The study examines the legal, administrative and other barriers to cross-border volunteering which prevent it from achieving its full potential. Those barriers include uncertainty and the risk of forfeiting social security benefits, the unclear framework for obtaining residence permits in some host countries, the lack of clear procedures for the recognition of the skills and competences gained through volunteering, the lack of positive action and information on volunteering opportunities, and insufficient preparation and training for volunteers. The cost associated with the barriers to cross border volunteering is estimated at 65 million euro per year, increasing the positive economic benefit by a third mainly through the removal of administrative barriers. While the cost of non-action, in political and economic terms, is relatively modest, stronger EU action would increase its visibility, its socioeconomic contribution and foster increased participation in cross-border volunteering. Please click here for the full publication in PDF format

Estudo EN

Veterinary medicinal products: Initial Appraisal of a European Commission Impact Assessment

Tipo de publicação Briefing

Data 29-04-2015

Autor ZANDERSONE Laura

Domínio de intervenção Avaliação do Impacto ex-ante | Mercado Interno e União Aduaneira | Saúde Pública

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | autorização de venda | comercialização | construção europeia | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | estudo de impacto | formalidade administrativa | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | legislação veterinária | medicamento veterinário | mercado único | poder executivo e administração pública | política agrícola | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note seeks to provide an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's Impact Assessment (IA) accompanying the proposal for a Directive of on veterinary medicinal products. The proposal on veterinary medicines, together with the parallel proposal on medicated feed, is part of an overarching goal of the Commission to address the problem of rising threats from antimicrobial resistance in the EU. This note, prepared by the Ex-Ante Impact Assessment Unit for the Committee on Environment, Public Health and Food Safety (ENVI) of the European Parliament, analyses whether the principal criteria laid down in the Commission's own Impact Assessment Guidelines, as well as additional factors identified by the Parliament in its Impact Assessment Handbook, appear to be met by the IA.

Briefing EN

The European Citizens' Initiative: the experience of the first three years - European Implementation Assessment

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-04-2015

Autor ANGLMAYER Irmgard

Domínio de intervenção Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Democracia | Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar

Palavra-chave aplicação do direito da UE | assembleia | ATIVIDADE POLÍTICA | cidadania europeia | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | iniciativa legislativa | participação política | petição | poder executivo e administração pública | simplificação legislativa | trabalhos parlamentares | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo The European Citizens' Initiative (ECI) has been in operation since April 2012. Observers have identified a number of shortcomings in its implementation, which impact negatively on the effectiveness and acceptance of this relatively new instrument of transnational participatory democracy. Against this background, stakeholders are calling for simplification and a substantial revision of the current ECI framework and its application, including its implementation in the EU Member States.

On 31 March 2015, the Commission presented its first report on the application of the ECI Regulation. While it concluded that it considered the ECI to be fully implemented, it however listed a few areas for improvement.

It is widely expected that this review, together with the European Ombudsman's recent recommendations, will prompt a revision of that regulation.

This paper seeks to provide a systematic overview of the current weaknesses in the ECI process and puts forward concrete recommendations for a better functioning ECI.

Análise aprofundada EN

Cross-Border Activities in the EU - Making Life Easier for Citizens

Tipo de publicação Estudo

Data 16-02-2015

Autor externo Giesela Rühl (Jena Universtity), Jan von Hein (Freiburg University), Pierre Callé (Paris Sud University, Paris XI), Michael P. Clancy (The Society of Scotland, UK), Christiane Wendehorst (Vienna University), Kurt Lechner (Notary Chamber of Palatinate, Germany), Eva Põtter (Estonian Chamber of Notaries), Paul Lagarde (Université Paris I, Panthéon-Sorbonne, Harm Schepel (Brussels School of International studies), Pablo Cortés (University of Leicester), Giuseppe De Palo (ADR Center Srl) and Gottfried Musger (Austrian Supreme Court - OGH)

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | conflito de competências | construção europeia | consumo | cooperação judiciária civil na UE | DIREITO | direito civil | direito da família | direito internacional | direito internacional privado | direito privado europeu | direito sucessório | Europa dos cidadãos | família | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | justiça | livre circulação de pessoas | organização da justiça | poder executivo e administração pública | proteção do consumidor | QUESTÕES SOCIAIS | resolução alternativa de litígios | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Compendium of notes distributed on the workshop on "Civil aw and justice forum", held on 26 February 2015 in Brussels.

Estudo DE, EN, FR

Revision of the EU visa policy: Initial Appraisal of a European Commission Impact Assessment

Tipo de publicação Briefing

Data 18-11-2014

Autor MANIAKI-GRIVA Alexia

Domínio de intervenção Avaliação do Impacto ex-ante | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | entrada de estrangeiros | estudo de impacto | formalidade administrativa | poder executivo e administração pública | política de vistos da UE | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note seeks to provide an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's Impact Assessment (IA) accompanying the proposal on the Union Code on Visas. The Visa Code established by Regulation 810/2009 is an essential element of the common visa policy the development of which was a pre-requisite to the creation of a common area without internal borders.The Visa Code sets out harmonised procedures and conditions for issuing short-stay visas, so called Schengen visas (authorizing their holder to stay in the Schengen area for up to 90 days in any 180 days period). The Code, which was a recast and consolidation of all relevant legislation on the issuing of short stay 'Schengen' visas, entered into force in April 2010 with the overarching objectives of facilitating legitimate travel and tackling irregular immigration. In the Commission's IA, the problems to be addressed are explained in a very clear manner, as is the presentation of the options. Uncertainties are recognised and considerable effort has been made to substantiate the IA with concrete evidence, even though this has proved difficult for well explained reasons. Member States' concerns regarding security issues linked with the mandatory MEVs with long validity or the new 'touring' authorization, could have been better explained, however. Also, the fact that the proposal under consideration provides for a reduced time limit for examining applications seems surprising given the suggestion in the IA that this would not be an effective solution. Finally, putting aside the fact that the IA itself does not consider the creation of two separate legal instruments, it is not clear why the IA was not presented with both proposals jointly as a package, given that it covers the visa issue as a whole. This note, prepared by the Ex-Ante Impact Assessment Unit for the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs of the European Parliament, analyses whether the principal criteria laid down in the Commission's own Impact Assessment Guidelines, as well as additional factors identified by the Parliament in its Impact Assessment Handbook, appear to be met by the IA. It does not attempt to deal with the substance of the proposal. It is drafted for informational and background purposes to assist the relevant parliamentary committee(s) and Members more widely in their work.

Briefing DE, EN, FR

Stoiber Group on administrative burdens in EU law: better law-making in action

Tipo de publicação Em síntese

Data 17-11-2014

Autor ORAV Anita | REYNOLDS Stephane

Domínio de intervenção Aprovação da Legislação pelo PE e pelo Conselho | Avaliação da Legislação e das Políticas na Prática | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | comité consultivo (UE) | DIREITO | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de impacto | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | funcionamento institucional | gestão administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | medida nacional de execução | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | programa de ação | simplificação legislativa | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The High-Level Group on Administrative Burdens or the Stoiber Group was established in 2007 as an independent body to advise the European Commission on its planned Action Programme for administrative burden reduction (ABR) in respect of EU legislation. The latter programme set a 25 per cent reduction target by 2012, covering 13 policy areas. On 14 October 2014, at the presentation of the group's Final Report to then Commission President José Manuel Barroso, Mr Stoiber invited the Commission to continue its efforts to make EU law lighter, simpler and less costly. The Final Report acknowledges that there has been a recent shift in culture within the Commission and urges the Commission to go further, for example by seeking to calculate the total net cost of legislation as precisely as possible. EU member states should be tasked with indicating clearly where minimum requirements have been exceeded, with the aim of revealing any potentially unnecessary 'gold-plating' at national level. Background The Stoiber group's work was organised in three successive rounds or 'mandates', and its final mandate came to an end on 31 October 2014, at the end of the five-year term of the second Barroso Commission. As explained in detail in the Final Report, the first mandate of the Stoiber Group helped the Commission to evaluate administrative burdens on business and other stake-holders, and to shape related proposals in the Action Programme. During its second mandate, the group focused on reducing administrative burdens through the better transposition of EU laws by the 28 member states, whilst during its third mandate, the group focussed on policy towards small and medium-sized enterprises (SMEs) in this field.

Em síntese EN

New Approaches, Alternative Avenues and Means of Access to Asylum Procedures for Persons Seeking International Protection

Tipo de publicação Estudo

Data 23-10-2014

Autor externo Elspeth Guild (Centre for European Policy Studies - CEPS, Brussels, Belgium), Cathryn Costello (Oxford University, the UK), Madeline Garlick (Radboud University, Nijmegen, The Netherlands), Violeta Moreno-Lax (University of London, the UK), Minos Mouzourakis (Oxford University, the UK) and Sergio Carrera (Centre for European Policy Studies - CEPS)

Domínio de intervenção Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave acesso à justiça | Agência da União Europeia para o Asilo | asilo político | ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direito internacional | direitos e liberdades | direitos humanos | equipamento social | formalidade administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | justiça | poder executivo e administração pública | proteção social | QUESTÕES SOCIAIS | refugiado | refugiado político | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | segurança internacional | UNIÃO EUROPEIA | vida política e segurança pública

Resumo Upon request by the LIBE committee, this study examines the workings of the Common European Asylum System (CEAS), in order to assess the need and potential for new approaches to ensure access to protection for people seeking it in the EU, including joint processing and distribution of asylum seekers. Rather than advocating the addition of further complexity and coercion to the CEAS, the study proposes a focus on front-line reception and streamlined refugee status determination, in order to mitigate the asylum challenges facing Member States, and guarantee the rights of asylum seekers and refugees according to the EU acquis and international legal standards.

Estudo EN

The Cost of Non-Europe in the Single Market. Part IV - Public Procurement and Concessions

Tipo de publicação Estudo

Data 02-10-2014

Autor PATAKI Gabor Zsolt

Autor externo Europe Economics

Domínio de intervenção Mercado Interno e União Aduaneira | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave análise de custos-benefícios | análise económica | aplicação do direito da UE | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | contrato público | direito da União Europeia | documentação | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de casos | estudo de impacto | formalidade administrativa | gestão contabilística | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | poder executivo e administração pública | política comercial | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Cost of Non-Europe Reports identify the possibilities for economic or other gains and/or the realisation of a ‘public good’ through common action at EU level in specific policy areas and sectors. This Cost of Non-Europe Report seeks to analyse the costs for citizens, businesses and relevant stake-holders of remaining gaps and barriers in the European Single Market, building on and updating the 1988 Cecchini Report, which quantified its potential benefits. One of the key benefits of the Single Market was expected to arise in the context of public procurement. This particular study - the fourth in a series - updates the analysis presented in the Cecchini Report, estimates the value of savings to the public purse that have been achieved to date through European legislation on public procurement, and discusses the extent to which future savings might be achieved (in particular following approval of the proposals for new public procurement directives in January 2014).

Estudo EN

The Cost of Non-Europe in the Single Market. Part III - Digital Single Market

Tipo de publicação Estudo

Data 25-09-2014

Domínio de intervenção Assuntos Económicos e Monetários | Mercado Interno e União Aduaneira | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave análise de custos-benefícios | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | comunicação | comércio eletrónico | construção europeia | consumo | ECONOMIA | economia monetária | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de impacto | FINANÇAS | formalidade administrativa | gestão contabilística | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e propriedade intelectual | mercado único | moeda eletrónica | pagamento intra-UE | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propriedade intelectual | proteção do consumidor | serviço postal | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Cost of Non-Europe Reports identify the possibilities for economic or other gains and/or the realisation of a ‘public good’ through common action at EU level in specific policy areas and sectors. This Cost of Non-Europe Report seeks to analyse the costs for citizens, businesses and relevant stake-holders of remaining gaps and barriers in the European Single Market, building on and updating the 1988 Cecchini Report, which quantified its potential benefits. This particular study - the third in a series - analyses the gaps in the European digital single market legislation which prevent attaining the benefits of a fully functioning e-commerce single market. It provides a qualitative appreciation of the existing legislation, identifying gaps where further legislative action at European level could be beneficial and quantifying the direct costs of failure to legislate and the potential broader economic impact of closing the gaps.

Estudo EN

Update on the European Commission's REFIT Programme

Tipo de publicação: Em síntese

Data: 16-06-2014

Autor: REYNOLDS Stephane

Domínio de intervenção: Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave: AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | contrato público | degradação do ambiente | DIREITO | direito da UE | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | FINANÇAS | fiscalidade | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | imposto sobre as sociedades | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e propriedade intelectual | IVA | ordem jurídica da UE | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política comercial | política de transportes | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | propriedade intelectual | recolha de dados | reconhecimento das qualificações profissionais | regulamentação dos transportes | relação interinstitucional (UE) | resíduo eletrónico | simplificação legislativa | tipos de empresa | TRANSPORTES | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: In December 2012, the European Commission's Regulatory Fitness and Performance Programme (REFIT) committed the institution to attempt to establish a simple, clear, stable and predictable regulatory framework for business, workers and citizens, as well as to ensure EU legislation brings benefits at the lowest cost and with the least bureaucracy. This short note, produced by the Ex-Post Impact Assessment Unit, analyses progress made in the implementation of the different measures covered by REFIT, following the Commission's Communication of 18 June 2014 on its state of play and outlook.

Em síntese: EN

European Citizens' Initiative – First Lessons of Implementation

Tipo de publicação: Estudo

Data: 15-05-2014

Autor externo: Marta Ballesteros, Emanuela Canetta and Alexandru Zaciu

Domínio de intervenção: Democracia na UE, Direito Institucional e Direito Parlamentar | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Petições ao Parlamento Europeu

Palavra-chave: aplicação do direito da UE | assembleia | assinatura eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | construção europeia | democracia participativa | DIREITO | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Europa dos cidadãos | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | informática e processamento de dados | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | interpretação do direito | petição | poder executivo e administração pública | princípio de segurança jurídica | processamento de dados | processo administrativo | quadro político | regulamento (UE) | transparência do processo de decisão | Tratado de Lisboa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: Upon request of the AFCO and PETI Committees, this study identifies difficulties faced by organisers when setting up and running a European Citizens' Initiative (ECI). It analyses possible solutions and proposes recommendations to improve the ECI as an effective tool for participatory democracy in the EU. The aim is to propose measures to ensure a straightforward ECI process with less costs and burdens for EU citizens. The ultimate goal is to define concrete actions to empower EU citizens to actively participate in shaping the future of Europe.

Estudo: DA, EN, FR

The Impacts of Visa Liberalisation in Eastern Partnership Countries, Russia and Turkey on Trans-Border Mobility

Tipo de publicação: Estudo

Data: 11-03-2014

Autor externo: Raül Hernández i Sagrera (Institut Barcelona d'Estudis Internacionals - IBEI)

Domínio de intervenção: Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave: Acordo de Schengen | asilo político | ATIVIDADE POLÍTICA | Balcãs Ocidentais | construção europeia | DIREITO | direito internacional | Europa | formalidade administrativa | fronteira externa da UE | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | migração fronteiriça | migrações | países CEI | poder executivo e administração pública | política de vistos da UE | QUESTÕES SOCIAIS | relações da União Europeia | Rússia | Turquia | UNIÃO EUROPEIA | Ásia-Oceânia

Resumo: Upon request by the LIBE Committee, this study examines the Schengen Visa liberalisation in the Eastern Partnership countries, Russia and Turkey which has proven to have a huge transformative potential across the justice, liberty and security policies of the countries where it has been deployed. Far-reaching technical reforms in the fields of document security, irregular migration and border management, public order security and fundamental rights have to be implemented so that visa-free travel can be allowed. Evidence provided by visa applications data reveals that visa liberalisation is a logical step, provided that the technical reforms are adopted and implemented. This study analyses the current state of play of the implementation of the EU visa policy instruments and assesses the positive impact of visa-free travel on trans-border mobility according to current visa application statistics.

Estudo: EN

Trademark reform package

Tipo de publicação Em síntese

Data 20-02-2014

Autor MAŃKO Rafał

Domínio de intervenção Direito da Propriedade Intelectual

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | contrafação | DIREITO | direito da União Europeia | direito de marcas | direitos e liberdades | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | interpretação do direito | investigação e propriedade intelectual | jurisprudência (UE) | liberdade de expressão | marca da UE | marca registada | organismo da UE | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | restrição à importação | UNIÃO EUROPEIA

Resumo For more than 15 years there has been a dual system of trademark law in Europe: an EU-wide Community trademark, and harmonised national trademarks. The Commission proposal aims at more harmonisation and coordination, but does not address trademark-related concerns over free expression. The Parliament's Legal Affairs Committee has put forward numerous amendments, in particular explicitly allowing to use trademarks for purposes of parody, artistic expression, crticism or comment, as well as for offering genuine products, intended as alternatives for well-known brands.

Em síntese EN

'Gold-Plating' in the EAFRD - To What Extent Do National Rules Unnecessarily Add to Complexity and, as a Result, Increase the Risk of Errors?

Tipo de publicação Estudo

Data 14-02-2014

Autor externo Matteo BOCCI, Jan Maarten DE VET and Andreas PAUER (Ecorys Brussels NV), in collaboration with Roland BLOMEYER and Antonio SANZ (Blomeyer & Sanz) and Elena SARACENO (independent consultant)

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Controlo Orçamental | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | Bulgária | condições de ajuda | controlo financeiro | desenvolvimento rural | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | Espanha | Europa | FEADER | FINANÇAS | finanças da União Europeia | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | gestão contabilística | gestão contabilística | governação | Itália | orçamento | poder executivo e administração pública | política de cooperação | Portugal | processo administrativo | regiões e política regional | regulamento financeiro | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA | Áustria

Resumo 'Gold-plating' refers to obligations that go beyond EU requirements: an excess of norms, guidelines and procedures accumulated at national, regional and local levels interfering with the expected policy goals. A broad range of gold-plating issues have been identified in the EAFRD, related above all to eligibility and agri-environmental commitments, but also to payment issues, controls and procurement rules set at the RDPs level. Goldplating and related errors can be addressed by capacity building, coordination and cooperation between all actors involved.

Estudo EN

The Development Cooperation Instrument

Tipo de publicação Em síntese

Data 31-01-2014

Autor CIRLIG Carmen-Cristina

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento | Orçamento

Palavra-chave ajuda ao desenvolvimento | alteração climática | AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | contabilidade nacional | degradação do ambiente | ECONOMIA | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | instrumento financeiro da UE | papel internacional da UE | pobreza | poder executivo e administração pública | política de cooperação | regime de ajuda | regime de financiamento da UE | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo In December 2013, the European Parliament (EP) approved the compromise text agreed in trilogue on a new Regulation on the Development Cooperation Instrument (DCI), the EU's major financial instrument for development cooperation in the 2014-20 period. The Council is expected shortly to approve the text in its turn, ensuring adoption of the legislative act at first reading.

Em síntese EN

Freedom of movement for EU public documents

Tipo de publicação Em síntese

Data 30-01-2014

Autor FERRARO Francesca

Domínio de intervenção Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | convenção internacional | cooperação administrativa | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | documentação | documento oficial | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | espaço de liberdade, segurança e justiça | Europa dos cidadãos | formalidade administrativa | livre circulação de pessoas | poder executivo e administração pública | política internacional | proposta (UE) | relação intra-UE | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Around 2.5% of the EU population is resident in a Member State (MS) other than that of their origin. In the past decade, increasing numbers of EU citizens have taken advantage of free movement within the internal market, wishing to live, work or study in another MS. However, according to the European Commission, this freedom may be curtailed in practice by the need for European citizens and legal persons to have the host State recognise public documents and certificates from their State of origin. For example, problems are experienced in cases related to driving licences, accessing social services or tax benefits, avoiding double taxation, looking for a job, and getting married or divorced.

Em síntese EN

Simplifying the Acceptance of Certain Public Documents in the EU: Initial Appraisal of the Commission's Impact Assessment

Tipo de publicação Briefing

Data 15-01-2014

Autor COLLOVA Claudio

Domínio de intervenção Avaliação do Impacto ex-ante | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | cooperação administrativa | DIREITO | direito da União Europeia | direito de estabelecimento | direito internacional | documentação | documento oficial | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | elaboração do direito da UE | emprego | EMPREGO E TRABALHO | estudo de impacto | formalidade administrativa | livre circulação de pessoas | poder executivo e administração pública | princípio da subsidiariedade | proposta (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note seeks to provide an initial analysis of the European Commission's Impact Assessment (IA) accompanying its proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on promoting the free movement of citizens and businesses by simplifying the acceptance of certain public documents in the European Union and amending Regulation (EU) 1024/2012 (COM (2013) 228), which was submitted in April 2013.
It analyses whether the principal criteria laid down in the Commission's own Impact Assessment Guidelines, as well as additional factors identified by the Parliament in its Impact Assessment Handbook, appear to be met by the IA. It does not attempt to deal with the substance of the proposal.

Briefing DE, EN, FR

Promoting Free Movement in the EU by Simplifying the Acceptance of Public Documents: Cost of Non-Europe Report

Tipo de publicação Estudo

Data 16-12-2013

Autor externo ICF GHK

Domínio de intervenção Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave acção da UE | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | cartão sanitário | construção europeia | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | direito internacional | documentação | documento de identidade | documento oficial | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estado civil | estatuto jurídico | estudo de impacto | formalidade administrativa | livre circulação de pessoas | organização de empresas | poder executivo e administração pública | princípio de reconhecimento mútuo | propriedade de bens | QUESTÕES SOCIAIS | registo de sociedade | saúde | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Cost of Non Europe Reports are intended to evaluate the possibilities for gains and the realisation of a 'public good' through common action at EU level in specific policy areas and sectors.
In particular, this study analyses the cost for citizens and businesses of the formalities which are currently necessary in order to make certain public documents acceptable in different Member States.
The study concludes that the abolition of legalisation and Apostille, the simplified certification of copies and translations, the establishment of multilingual forms in all official languages concerning birth, death, marriage, registered partnership, and legal status and representation of a company would greatly reduce the current costs associated with authenticating national public documents. Citizens and businesses would be able to more freely exercise their right of free movement and freedom of establishment in another Member State without facing disproportionate obstacles.

Estudo EN

Towards a European single market for telecoms

Tipo de publicação Briefing

Data 25-11-2013

Autor SZCZEPANSKI Marcin

Domínio de intervenção Política de Investigação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave aproximação das legislações | ATIVIDADE POLÍTICA | comunicação | construção europeia | direito da União Europeia | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | formalidade administrativa | INDÚSTRIA | indústria das telecomunicações | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investimento industrial | liberalização do mercado | material de telecomunicações | mercado único | poder executivo e administração pública | política comercial | política e estruturas industriais | proposta (UE) | rede de transmissão | regulamentação das telecomunicações | tarifa das comunicações | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The telecommunications sector is crucial to the entire economy of the EU. Since 2009, despite constant growth in demand for data services, its revenues have been declining. In September 2013, the European Commission proposed the Connected Continent package which aims to remove the obstacles to a genuine single market for telecoms. The proposal provoked mixed reactions from stakeholders, who supported only some of its elements and criticised the lack of official consultation process and the rushed attempt to have it adopted in the current legislature.

Briefing EN

Action programmes for taxation and customs

Tipo de publicação Em síntese

Data 14-11-2013

Autor SZCZEPANSKI Marcin

Domínio de intervenção Orçamento

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação aduaneira | cooperação policial (UE) | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | Europa | evasão fiscal | FINANÇAS | fiscalidade | formalidade administrativa | França | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | imposto direto | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | poder executivo e administração pública | política de cooperação | programa da UE | Reino Unido | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | sistema de informação | sistema informático | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Commission (EC) proposes two programmes to enhance cooperation between tax and customs authorities and fund the required IT systems in the 2014-20 period.

Em síntese EN

Strategic guidelines for aquaculture in the EU

Tipo de publicação Briefing

Data 14-10-2013

Autor SHEIL Sarah

Domínio de intervenção Pescas

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | aquicultura | ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | consumo | consumo alimentar | desenvolvimento sustentável | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | Fundo Europeu das Pescas | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | investigação e desenvolvimento | investigação e propriedade intelectual | organização de empresas | pesca | poder executivo e administração pública | política comum da pesca | política económica | procura de bens de consumo | produção | produção da UE | produção mundial | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção do consumidor | QUESTÕES SOCIAIS | recursos alimentares | saúde | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Worldwide, the aquaculture industry is growing rapidly and playing an increasingly important role in ensuring global food supply, accounting for almost half of all fish and seafood consumption. In the EU, by contrast, the industry has not been part of this global upsurge, but has steadily lost ground despite the fact that the EU is heavily dependent on imports to meet strong consumer demand for fish and seafood.

Briefing EN

Third countries' reciprocal access to EU public procurement: Detailed appraisal of the European Commission's Impact Assessment

Tipo de publicação: Briefing
Data: 22-07-2013
Autor: BALLON Elke | WERNER Helmut
Autor externo: Authors of the Annexes:

Annex I - Methodological aspects, by Prof. Dr. Andrea Renda of the Centre for European Policy Studies

Annex II - Openness, job creation, administrative burdens, SMEs and thresholds, by by Máté Péter Vincze

Annex III - SME related impacts, thresholds and national legislation, by Dr. Pedro Telles of Bangor University (UK)

Annex IV - Game theory considerations, by Prof. Nicola Dimitri of the Department of Political Economy and Statistics of the University of Siena (Italy)

Domínio de intervenção: Avaliação do Impacto ex-ante | Comércio internacional | Mercado Interno e União Aduaneira
Palavra-chave: acesso ao mercado | acordo comercial (UE) | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | contrato público | criação de emprego | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | emprego | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de impacto | formalidade administrativa | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado da UE | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política comercial | política económica | protecionismo | proteção do mercado | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: The Ex-ante Impact Assessment Unit of DG Parliamentary Research Services was requested by the INTA and IMCO Committees to provide a detailed analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's Impact Assessment (IA) accompanying the proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council establishing rules on the access of third country goods and services to the European Union's internal market in public procurement and procedures supporting negotiations on of European Union goods and services to the public procurement markets of third countries.As part of this process, the Unit has commissioned four research papers, drafted by specialist experts, on various aspects of the Commission's IA. They are authored by: Prof. Dr. Andrea RENDA, CEPS, who addresses the questions put forward by the INTA and IMCO Committees from a methodological point of view. Mr. Máté Péter VINCZE, MSc in Economics, who deals with the questions put forward by the INTA and IMCO committees, with a view to finding answers substantiated inter alia by data-mining in relevant databases. Dr. Pedro TELLES, Bangor University, UK, who focuses on impacts, thresholds and national legislation in respect to SMEs. Professor Dr. Nicola DIMITRI, University of Siena, Italy, who analyses reciprocity and retaliation questions, using a game theory approach. The experts were asked to provide an appraisal of the European Commission's impact assessment, analysing, commenting and possibly complementing it with regard to eight topics: Openness of EU public procurement market; Potential benefits of market opening; Impact on job creation of the different options; Risk of retaliation and leverage creation; Administrative burden of assessed options; Impact on SMEs; Justification of thresholds; Existing national legislation restricting access to public procurement markets.

Briefing: EN

Statute for a European Foundation

Tipo de publicação: Em síntese
Data: 27-06-2013
Autor: COPELAND Nicholas
Domínio de intervenção: Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos
Palavra-chave: ATIVIDADE POLÍTICA | dedução fiscal | DIREITO | direito civil | direito da União Europeia | direito fiscal | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estatuto jurídico | FINANÇAS | fiscalidade | forma jurídica de sociedade | formalidade administrativa | fundação | poder executivo e administração pública | proposta (UE) | sociedade europeia | UNIÃO EUROPEIA

Resumo: Public-benefit foundations make significant contributions to society in EU Member States (MS). In recent years many have expanded, to operate across borders. However, the lack of harmonised rules has caused problems of legal recognition in other MS and threatens to limit the potential value of the sector. The Commission has brought forward a proposal to tackle the issue.

Em síntese: EN

European Code on Private International Law: Cost of Non Europe Report

Tipo de publicação Estudo

Data 14-06-2013

Autor BALLESTER MARTINEZ Maria Blanca

Domínio de intervenção Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Valor Acrescentado Europeu

Palavra-chave análise de custos | análise económica | aproximação das legislações | ATIVIDADE POLÍTICA | consequências económicas | código jurídico | DIREITO | direito da União Europeia | direito internacional | direito internacional privado | direito privado europeu | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | gestão contabilística | poder executivo e administração pública | simplificação legislativa | transparência administrativa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo On 11 October 2012, the Committee on Legal Affairs (JURI) requested a Cost of Non-Europe report (CoNE) on the perspective of having a European Code on Private International Law. This Cost of Non-Europe report analyses the formal question of the code, and more particularly the question of 'gaps' in the Private International Law of the European Union which need to be filled, and the cost to citizens and businesses of not filling them. It also contains quantitative and qualitative arguments in favour of a European Code on Private International Law.
This report has been drawn up by the European Parliament's European Added Value Unit, building on external expertise contributed by GHK and presented in a separate annex.
ANNEX: The perspective of having a European Code on Private International Law. Research paper by Nick Bozeat (GHK)

Estudo DE, EN, FR, IT

Anexo 1 EN

SMEs in the Cohesion Policy Management Cycle

Tipo de publicação Estudo

Data 15-04-2013

Autor externo CSIL Centre for Industrial Studies (Italy) and PPMI Public Policy and Management Institute (Lithuania)

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Desenvolvimento Regional | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave administração eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | auditoria | coesão económica e social | construção europeia | difusão da informação da UE | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | financiamento da empresa | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | fundos estruturais | gestão administrativa | instituições da União Europeia e função pública europeia | instrumento financeiro | livre circulação de capitais | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | regime de financiamento da UE | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study explores the specific challenges faced by SMEs and SME support entities when they access and take advantage of funding made available through the Cohesion Policy. On the basis of a literature review, six case studies, an e-survey and in-depth interviews, this study tries to identify the critical issues encountered by SMEs and their support entities along all the phases of the Cohesion Policy programme and project management cycle, from programming to implementation. It draws conclusions about the improvements that are needed in order to ensure that SMEs take optimal advantage of Structural Funds and puts forward specific recommendations for the Committee on Regional Development of the European Parliament.

Estudo EN

Harmonisation of Laws of the Member States to the Making Available on the Market of Radio Equipment: Initial Appraisal of the European Commission's Impact Assessment

Tipo de publicação Briefing

Data 07-03-2013

Autor BALLON Elke

Domínio de intervenção Avaliação do Impacto ex-ante | Indústria | Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave AMBIENTE | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | comunicação | comércio internacional | degradação do ambiente | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | entrave técnico | estudo de impacto | fiscalização do mercado | formalidade administrativa | homologação | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | material de telecomunicações | organização de empresas | pequenas e médias empresas | perturbação eletromagnética | poder executivo e administração pública | política comercial | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tecnologia e regulamentação técnica | tipos de empresa

Resumo This note seeks to provide an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's Impact Assessment (IA) accompanying the proposal for a Directive on the harmonisation of the laws of the Member States relating to the making available on the market of radio equipment.

Briefing DE, EN, FR

Clinical trials: Initial Appraisal of the European Commission's Impact Assessment

Tipo de publicação Briefing

Data 15-02-2013

Autor BALLON Elke

Domínio de intervenção Avaliação do Impacto ex-ante | Saúde Pública

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | CIÊNCIAS | ciências naturais e aplicadas | controlo dos medicamentos | direito da União Europeia | ECONOMIA | estudo de impacto | experimentação com seres humanos | farmacologia | formalidade administrativa | investigação e propriedade intelectual | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proposta (UE) | QUESTÕES SOCIAIS | saúde | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note seeks to provide an initial analysis of the strengths and weaknesses of the European Commission's Impact Assessment on the Revision of the Clinical Trials Directive 2001/20/EC (SWD (2012) 200, SWD (2012) 201 (summary)) accompanying the Commission Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on clinical trials on medicinal products for human use, and repealing Directive 2001/20/EC (COM (2012) 369).

Briefing DE, EN, FR

Improving governance of the Single Market

Tipo de publicação Em síntese

Data 31-01-2013

Autor SZCZEPANSKI Marcin

Domínio de intervenção Mercado Interno e União Aduaneira

Palavra-chave administração eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | direito da União Europeia | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estratégia de crescimento da UE | formalidade administrativa | governação | medida nacional de execução | mercado único | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | princípio de reconhecimento mútuo | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Late implementation of directives by Member States (MS) is one of the main obstacles to the completion of the Single Market, according to the European Commission, which is seeking better governance of the Single Market.

Em síntese EN

Data Protection Review : Impact on EU Innovation and Competitiveness

Tipo de publicação Estudo

Data 06-12-2012

Autor externo Jonathan Cave (RAND Europe) ,
H.R. (Rebecca) Schindler (RAND Europe) ,
Neil Robinson (RAND Europe) ,
Veronika Horvath (RAND Europe) ,
Sophie Castle-Clarke (RAND Europe) ,
A.P.C. (Arnold) Roosendaal (TNO) and
Bas Kotterink (TNO).
Quality Assurance review conducted by Scott Marcus (WIK-Consult) and Joanna Chataway (RAND Europe)

Domínio de intervenção Mercado Interno e União Aduaneira | Política de Investigação | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | construção europeia | dados pessoais | DIREITO | direitos e liberdades | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de impacto | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | informática e processamento de dados | inovação | investigação e propriedade intelectual | memorização de dados | mercado único | organização de empresas | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção da vida privada | proteção dos dados | recolha de dados | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Committee on Industry, Research and Energy (ITRE) has requested an ad hoc briefing paper to provide its Members with information and advice regarding the proposed General Data Protection Regulation (2012/0011(COD)). This document presents a rapid assessment of the innovation and competitiveness impacts of the measures affecting: automated processing; control of data processing; and data transfers. It considers a variety of perspectives: profiling; big data; cloud computing; and privacy-friendly technologies and identifies a variety of impacts, and areas for improvement.

Estudo EN

Síntese DE, FR

The unitary patent

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-12-2012

Autor ZIBOLD Franziska

Domínio de intervenção Direito da Propriedade Intelectual | Indústria | Política de Investigação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação reforçada | difusão da informação | documentação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | formalidade administrativa | informação e tratamento da informação | Instituto Europeu de Patentes | investigação e desenvolvimento | investigação e propriedade intelectual | mercado único | organizações europeias | ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | patente europeia | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | tipos de empresa | tradução | UNIÃO EUROPEIA | utilização das línguas | vida política e segurança pública

Resumo Harmonising patent law in Europe has been a constant goal since the 1960s. However significant challenges, particularly relating to languages and litigation of patent cases, have repeatedly blocked attempts. Now, 25 Member States have signed up to a compromise under enhanced cooperation. Spain and Italy abstained because of objections to the language rules.

Em síntese EN

Life in cross-border situations in the EU - A Comparative Study on Civil Status

Tipo de publicação Briefing

Data 15-11-2012

Autor externo Mariolina ELIANTONIO - Milieu Ltd

Domínio de intervenção Direito internacional privado e cooperação judicial em matéria civil | Direito internacional público | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | cooperação administrativa | cooperação judiciária civil na UE | DIREITO | direito civil | direito internacional | EMPREGO E TRABALHO | estado civil | formalidade administrativa | livre circulação de pessoas | mercado do trabalho | migração comunitária | migrações | poder executivo e administração pública | QUESTÕES SOCIAIS | trabalhador (UE) | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Perhaps one of the single greatest successes of the European Union is the creation of an area without borders in which people, goods and services move freely. In 2010 alone, there were almost 11 million citizens living in another Member State.ont.s

Síntese EN, XL

Simplifying and Modernising VAT in the Digital Single Market for e-Commerce

Tipo de publicação Estudo

Data 18-09-2012

Autor externo Helge Sigurd Næss-Schmidt, Daniel Mekonnen Ali, and Miguel Nieto Arias ,
with technical support provided by Johan Van der Paal, Joanna Denton and Manager Kenneth Vyncke (Deloitte Staff Partner)

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Mercado Interno e União Aduaneira | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave administração eletrónica | ATIVIDADE POLÍTICA | cobrança de impostos | comercialização | comércio eletrónico | construção europeia | cooperação fiscal europeia | DIREITO | evasão fiscal | FINANÇAS | fiscalidade | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | IVA | mercado único | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | simplificação legislativa | tecnologia digital | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Resumo E-commerce is a large and growing business and a key part in the digital economy. To reap the full potential, a number of barriers needs to addressed, not the least the obstacles that the current VAT system presents to cross-border sales of physical and in particular digital content e-commerce products.
This report lists shortcomings in the present VAT set-up, evaluates policy options put on the table by inter alia the European Commission and provides a range of recommended policy options that should be reviewed in more detail.

Estudo EN

Simplification and Proportionality in Management and Control Systems of Cohesion Policy

Tipo de publicação Estudo

Data 15-05-2012

Autor externo Angelika Kronberger and Isabel Naylon (Metis GmbH)
Rolf Bergs (PRAC Bergs & Issa Partnership Co.)

Domínio de intervenção Controlo Orçamental | Desenvolvimento Regional

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | auditoria | controlo financeiro | controlo orçamental | DIREITO | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | exercício orçamental | FINANÇAS | finanças da União Europeia | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | Fundo de Coesão | fundos estruturais | gestão administrativa | instância de controlo | orçamento | poder executivo e administração pública | política regional da UE | quadro político | regiões e política regional | simplificação legislativa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The European Commission proposal for a Regulation on common provisions for Structural and Cohesion Funds 2014-2020 includes proposals for simplification and proportionality through the merger of authorities, a new system of accreditation and annual clearance and rolling closure of accounts. These proposals raise a number of issues and have met with considerable resistance on the part of the Member States and the European Court of Auditors. This briefing note seeks to highlight the arguments and propose recommendations for dealing with these issues.

Estudo DE, EN, FR

Obstáculos Encontrados pelos Candidatos aos Fundos Estruturais

Tipo de publicação Estudo

Data 15-02-2012

Autor externo Herta Tödtling–Schönhofer and Christine Hamza (Metis GmbH) ,
Laura Polverari and John Bachtler (EPRC, University of Strathclyde)

Domínio de intervenção Desenvolvimento Regional | Indústria

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | auditoria | avaliação de projeto | coesão económica e social | cofinanciamento | comunidade territorial | construção europeia | difusão da informação | documentação | ECONOMIA | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | fundos estruturais | gestão administrativa | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política regional da UE | regiões e política regional | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo O presente estudo analisa os fatores que facilitam ou desencorajam a decisão de candidatura dos interessados e das empresas locais aos Fundos Estruturais (FE). Na atual recessão, é vital atrair o maior número possível de candidatos. Este estudo tenta responder, através de uma revisão abrangente da literatura, de estudos de casos, de questionários e de entrevistas, a questões relativas ao que pode ser feito para atrair mais candidaturas e à forma como a participação de candidatos aprovados pode ser mais eficaz. Apresenta um conjunto de recomendações específicas aos responsáveis políticos a nível local, regional, nacional e da UE.

Estudo DE, EN, FR

Síntese BG, CS, DA, DE, EL, EN, ES, FI, FR, HU, IT, LT, LV, NL, PT, RO, SV, ET, MT, PL, SK, SL

European Renewable Energy Network

Tipo de publicação Estudo

Data 16-01-2012

Autor externo Ludwig-Bölkow-Systemtechnik (LBST) : M. Altmann, P. Schmidt, and Jenny Winkler
HINICIO : A. Brenninkmeijer, J.-C. Lanoix and P. Trucco
Centre for European Policy Studies (CEPS) : C. Egenhofer, A. Behrens, J. Nuñez Ferrer, M. Alessi, A. Georgiev and J. Teusch
Technical Research Centre of Finland (VTT) : S. Uski-Joutsenvou, H. Holttinen, J. Kiviluoma, S. Niskanen, L. Olmos Camacho and J. Barquín Gil

Domínio de intervenção Ambiente | Energia | Política de Investigação

Palavra-chave AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | ENERGIA | energia não poluente | energia renovável | formalidade administrativa | independência energética | poder executivo e administração pública | política ambiental | política energética | produção de energia | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | proteção do ambiente | rede energética | rede transeuropeia | redução das emissões de gases | tecnologia e regulamentação técnica | tecnologia limpa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The targeted increase of renewable energy sources in the European energy mix to 20% by 2020, and the goal of an 80-95% CO2 emissions reduction by 2050, will require changes to and extensions of the electricity grid. The integration of increasing shares of fluctuating renewable electricity, notably wind and solar power, into the grid is a long-term task that requires major investments, longterm planning at European level and endurance. It also requires a significant increase in the level of coordination of all relevant stakeholders in Europe. Important activities have started, but efforts need to be stepped up, and action accelerated.

Estudo EN

Síntese DE, FR

Impact and effectiveness of Structural Funds and EU policies aimed at SMEs in the regions

Tipo de publicação Estudo

Data 15-11-2011

Autor externo Metis GmbH: Herta Tödtling–Schönhofer, Christine Hamza, Franz Tödtling, Marlene Hahn, Andreas Resch
EPRC, University of Strathclyde: Laura Polverari, John Bachtler

Domínio de intervenção Desenvolvimento Regional | Indústria

Palavra-chave análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | consequências económicas | coordenação de financiamentos | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de impacto | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | fundos estruturais | inovação | instrumento financeiro | investigação e propriedade intelectual | livre circulação de capitais | organização de empresas | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política regional da UE | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | regiões e política regional | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study provides a description of the general nature of SMEs and their development factors as well as the support that Cohesion Policy and other EU policies provide to SMEs. It then assesses practical aspects and effects of Cohesion Policy on enterprises and SMEs on the basis of a review of published materials and eight case studies drawn from SMErelevant ERDF OPs from 2007-2013; where possible, it also includes lessons learnt from 2000-2006. The conclusions and policy recommendations put forward clearly highlight the complex relationship between EU policies and SMEs as final beneficiaries of support in the EU multilevel governance system.

Estudo EN

Barriers and Best Practices in SME Test Implementation

Tipo de publicação Estudo

Data 15-07-2011

Autor externo Claus Frelle-Petersen (Copenhagen Economics) and Christian Dahl Winther (Copenhagen Economics)

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Indústria

Palavra-chave análise de custos-benefícios | análise económica | ATIVIDADE POLÍTICA | avaliação de projeto | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | ECONOMIA | elaboração do direito da UE | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | estudo de impacto | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | gestão administrativa | gestão contabilística | mercado único | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | simplificação legislativa | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This study presents findings on the current state of implementation of the SME test in Member States and the European Commission services. Furthermore, the study identifies challenges and barriers to implementation of SME test and identifies best practice examples that can drive forward implementation.
The study concludes that there is a strong case for moving the implementation of the SME test forward in the European Union.

Estudo EN

Síntese DE, FR

Small Business Act for Europe

Tipo de publicação Em síntese

Data 06-05-2011

Autor COPELAND Nicholas

Domínio de intervenção Indústria

Palavra-chave acção da UE | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | espírito empresarial | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | inovação | investigação e propriedade intelectual | medida nacional de execução | mercado único | organização de empresas | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | simplificação legislativa | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Small Business Act for Europe (SBA), agreed in 2008, is an EU initiative based on ten principles and a number of concrete measures aimed at facilitating entrepreneurship. The Commission's review, published in February, assesses the progress achieved and proposes new actions.

Em síntese EN

The Future of the Quality Policy in the Light of the CAP post-2013

Tipo de publicação Estudo

Data 15-03-2011

Autor externo Denis PANTINI (Nomisma Spa, economic research institute, Italy)

Domínio de intervenção Agricultura e Desenvolvimento Rural | Proteção dos Consumidores

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | agroalimentar | AGROALIMENTAR | ATIVIDADE POLÍTICA | comercialização | consumo | formalidade administrativa | informação do consumidor | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | poder executivo e administração pública | política agrícola | Política Agrícola Comum | produto alimentar | produto alimentar | produção alimentar | qualidade do produto | rotulagem

Resumo The quality policy is an integral part of the CAP and represents a useful instrument to enforce at the same time the competitiveness of the agricultural system and the vitality of the rural areas. With the "quality package", changes are introduced in the normative outline of the PDO, PGI and TSG products, with the objective of answering to the needs of both producers, for a sustainable profitability, and consumers, for a higher information and guaranty on the provenience of the products.
Nevertheless, considering the magnitude of structural and socio-economical differences that mark the quality production systems across Europe, the possibility to make the system capable of answering to the different needs seems to be still open.

Estudo EN

Implementation of the Directives on Health and Safety at Work as a Cost Factor

Tipo de publicação Estudo

Data 15-10-2010

Autor externo Janne Sylvest, Karin Gros Pedersen, Benita Kidmose Rytz and Mette Damsbo (Rambøll Management Consulting, Denmark)

Domínio de intervenção Emprego | Saúde Pública | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave acidente de trabalho | ambiente de trabalho | ATIVIDADE POLÍTICA | condições e organização do trabalho | doença profissional | EMPREGO E TRABALHO | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | formalidade administrativa | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | saúde e higiene no trabalho | tipos de empresa

Resumo The study aims at better understanding the importance of Occupational Health and Safety (OSH) as a contributing factor to the economic viability of an organisation and looks into the potential effects of the proposals currently on the table for reducing administrative burdens in the field of health and safety at work. It considers the costs and benefits of compliance with OSH obligations, new and emerging risks and the need for new prevention measures to address these.

Estudo EN

Simplification of Audit Procedures and Shared Management in Cohesion Policy

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 15-07-2010

Autor externo Roland Blomeyer, Blomeyer & Sanz

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Desenvolvimento Regional

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | auditoria | coesão económica e social | construção europeia | controlo financeiro | ECONOMIA | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | FINANÇAS | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | fundos estruturais | gestão administrativa | orçamento | poder executivo e administração pública | política regional da UE | regiões e política regional | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note analyses recent Structural Funds simplification measures with regard to their impact on the management and control systems under shared management. Until now, only a modest reduction of the Member States' administrative burden has been achieved. The focus on control deflects attention from content, and Member State stakeholders support further reform. Moreover, potential opportunities for efficient simplification are identified, such as enhancing the proportionality of management and control requirements and streamlining control and audit.
The issues covered by this note were presented and discussed in the framework of the Workshop "Simplification in Cohesion Policy", held at the European Parliament on 21 June 2010.

Análise aprofundada EN

Financial Rules in the Research Framework Programmes - Streamlining rules for participation in EU research programmes

Tipo de publicação Estudo

Data 15-04-2010

Autor externo Deloitte Consulting (Belgium)

Domínio de intervenção Assuntos Bancários e Financeiros | Orçamento | Política de Investigação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | auditoria | controlo financeiro | despesa de investigação (UE) | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | FINANÇAS | finanças da União Europeia | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | gestão administrativa | investigação e propriedade intelectual | orçamento | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | programa-quadro de IDT | regulamento financeiro | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The study provides an overview of the financial rules applicable to EU research framework programmes (FP6 and FP7) in order to identify areas of complexity both in the legal framework and in the way the rules are implemented. Its key findings and recommendations include the following:
- rules should be communicated at the time the calls for proposals are published;
- consistency of interpretation of the rules to be ensured by various means suggested;
- a communication process ensuring consistent and reliable answers to beneficiaries;
- the flat rate percentages should be better adapted to the specific categories of beneficiaries (SMEs, universities, NGOs, etc.);
- the simplification process should result in a substantial reform of the financial rules applicable to research framework programmes, decided after consultation with all parties involved (beneficiaries and their representatives, DGs involved in FPs, DG BUDG, external auditors and the Court of Auditors);
- the evolution of the rules should be smooth, so that the simplification process itself does not create an unnecessary burden.

Estudo EN

Regulatory and Legal Constraints for European Aquaculture

Tipo de publicação Estudo

Data 15-09-2009

Autor externo Ocean Law Information and Consultancy Services (UK) and Poseidon Aquatic Resources Management (UK) ; Lead Authors : C. Hedley and T. Huntington

Domínio de intervenção Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Pescas

Palavra-chave AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA | AMBIENTE | aquicultura | ATIVIDADE POLÍTICA | DIREITO | direito comercial internacional | direito internacional | formalidade administrativa | pesca | poder executivo e administração pública | política ambiental | proteção do ambiente | regulamentação da pesca

Resumo This study reviews key regulatory and legal constraints in aquaculture policies in the EU and in Member States, focussing on the EU's main producers – France, Greece, Italy, Spain and the United Kingdom. Identified constraints and burdens are assessed against both the needs of the EU aquaculture industry and contemporary principles of better regulation and recommendations to lessen, rationalize or remove the constraints and proposed.

Estudo DE, EN, ES, FR, IT

Implementation of the Services Directive

Tipo de publicação Estudo

Data 15-04-2009

Autor externo Frank Platthoff (Finanzministerium, Schleswig-Holstein, Germany), Marc Hameleers (Projectmanager Implementation Services Directive at the Ministry for
Economic Affairs, The Netherlands), Clas Heinegård (Special Advisor EU Services Directive Team at the Ministry for Foreign Affairs, Sweden), Ana Camossa Neto (Advisor of the Secretary of State for Administrative Modernistation, Minostro da Presidência, Portugal), Marie-José Palasz (Head of Mission to the General Economic and Financial Audit Department at the Ministry for the Economy, Industry and Employment, France) and David Hingley (Project Manager, Services Directive Implementation Project at the Department for Business, Enterprise and Regulatory Reform, UK)

Domínio de intervenção Emprego | Mercado Interno e União Aduaneira | Transposição e Aplicação da Legislação

Palavra-chave aplicação do direito da UE | ATIVIDADE POLÍTICA | construção europeia | consumo | direito da União Europeia | diretiva (UE) | formalidade administrativa | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | mercado único | poder executivo e administração pública | serviços | UNIÃO EUROPEIA

Resumo The Service Directive is due to be implemented in Member States by the end of this year. Certain surveys and analysis conducted have shown that there is uneven pace in the transposition processes in individual Member States. The aim of the Workshop was to invite representatives from a selection of Member States to present the state of play of the national implementation. The focus was on the practical implementation of the Points of Single Contact and the potential for reduced administrative burdens for business in the Internal Market. Of special interest was to highlight best practices in the field.

Estudo EN

The Future of Cohesion Policy after 2013

Tipo de publicação Análise aprofundada

Data 16-02-2009

Autor KATSAROVA Ivana

Domínio de intervenção Desenvolvimento Regional

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | coesão económica e social | construção europeia | convergência económica | desenvolvimento regional | desenvolvimento sustentável | ECONOMIA | FINANÇAS | finanças da União Europeia | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | governação | mercado único | poder executivo e administração pública | política económica | política regional da UE | quadro financeiro plurianual | regiões e política regional | regulamento financeiro | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This note discusses the follow-up of the debate on the future of Cohesion policy and puts forward some ideas for a joint discussion with national parliamentary committees dealing with regional development.

Análise aprofundada EN, FR

Mobility of School Teachers in the European Union

Tipo de publicação Estudo

Data 15-12-2008

Autor externo Gavan Conlon, Charlotte Duke and Pau Salsas (London Economics)

Domínio de intervenção Educação | Emprego

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | democratização da educação | educação | EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | emprego | EMPREGO E TRABALHO | ensino | estatísticas da educação | formalidade administrativa | formação de professores | livre circulação de trabalhadores | mercado do trabalho | mobilidade profissional | organização do ensino | poder executivo e administração pública | professor

Resumo This study undertakes a quantitative and qualitative analysis of teacher mobility across the European Union Member States where information exists. It explores the relative benefits, costs, strengths and weaknesses of the various mobility programmes. On the basis of case studies the authors identify mobility practices that have been successful but also look at areas where some improvements may be made. The study provides policy recommendations for European, national and school decision-making levels that might be useful to improve the design and the implementation of mobility programmes.

Estudo DE, EN, FR

Síntese XL

The Small Business Act for Europe - New Ideas to Boost SMEs

Tipo de publicação Estudo

Data 03-11-2008

Autor externo Janne Sylvest and Benita Kidmose Rytz (Ramboll Management, Copenhagen, Denmark)

Domínio de intervenção Ambiente | Assuntos Bancários e Financeiros | Indústria

Palavra-chave AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | competitividade | construção europeia | direito do ambiente | EMPRESAS E CONCORRÊNCIA | financiamento e investimento | FINANÇAS | finanças públicas e política orçamental | formalidade administrativa | garantia de crédito | instituições financeiras e crédito | organização de empresas | pequenas e médias empresas | poder executivo e administração pública | política ambiental | política de financiamento | programa da UE | regulamento financeiro | tipos de empresa | UNIÃO EUROPEIA

Resumo Executive summary
The Small Business Act for Europe was adopted by the European Commission in June 2008. It is an initiative by the European Commission to address the needs of Europe's small and medium-sized businesses, consisting of a set of 10 principles to guide the conception and implementation of policies at EU and Member State level.
The aim of this study is to present the European Parliament with new ideas, food for thought and critical perspective for the Members of the ITRE Committee on the Small Business Act for Europe and the work leading to it, such as the Impact Assessment carried out in advance. The focus is put on three policy areas:
• Cutting red tape and bureaucracy for SMEs
• Improving access to finance for SMEs
• SME participation in EU programmes. [...]

Estudo EN

Workshop on the Renewable Energy Directive Proposal

Tipo de publicação Estudo

Data 25-06-2008

Autor externo Mr Bart de Hue
Ecofys Netherlands
Dr. Angus Johnston
Faculty of Law in the University of Cambridge
Dr Mario Ragwitz (with contributions from C. Klessmann
Dr. K. Neuhoff and Dr. G. Resch)
Fraunhofer Institute Systems and Innovation Research, Karlsruhe
Prof. Kai Wegrich
Professor for Public Management, Hertie School of Governance, Berlin

Domínio de intervenção Ambiente | Energia

Palavra-chave AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | biocombustível | degradação do ambiente | desenvolvimento sustentável | direito da União Europeia | diretiva (UE) | ECONOMIA | ENERGIA | energia não poluente | energia renovável | formalidade administrativa | gás de efeito de estufa | medida nacional de execução | poder executivo e administração pública | política económica | política energética | UNIÃO EUROPEIA

Estudo EN

How Effective is eu Aid on the Ground? a Comparative Assessment of Eu Aassistance in Cambodia, Mozambique and Peru

Tipo de publicação Estudo

Data 02-10-2007

Autor externo Alina Rocha Menocal, Geoff Handley, Sue Graves
ODI
Maria Teresa Albareda, Carlos Eduardo Aramburú
Pontificia Universidad Católica del Perú

Domínio de intervenção Ajuda Humanitária e Desenvolvimento

Palavra-chave ajuda internacional | América | ATIVIDADE POLÍTICA | avaliação da ajuda | beneficiário da ajuda | Camboja | ECONOMIA | finanças da União Europeia | formalidade administrativa | GEOGRAFIA | geografia económica | geografia política | Moçambique | Peru | poder executivo e administração pública | política de cooperação | política de desenvolvimento | política económica | política internacional | regime de ajuda | regime de financiamento da UE | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA | África | Ásia-Oceânia

Resumo The authors of this report are Alina Rocha Menocal (ODI), Maria Teresa Albareda and Carlos Eduardo Aramburú (Pontificia Universidad Católica del Perú), Geoff Handley (ODI) and Sue Graves (ODI). The authors wish to thank Andrew Lawson and in particular Sven Grimm (German Development Institute, DIE) for their guidance and comments, as well as Roo Griffiths and Duncan Sinclair for their editorial assistance. Special thanks go in particular to the EC Delegations in Cambodia, Mozambique and Peru as well as all the other individuals who took time off from their busy schedules and agreed to be interviewed for this project.

Estudo EN

Impact Assessment of Certain Aspects of the Working Time Directive

Tipo de publicação Estudo

Data 09-07-2007

Autor externo Terence Hogarth
Simonas Vileikis
Ramboll Management
Norregade 7A
DK-1165 Copenhagen K

Domínio de intervenção Avaliação do Impacto ex-ante | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos | Emprego

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | cláusula de saída | condições e organização do trabalho | construção europeia | DIREITO | duração do trabalho | EMPREGO E TRABALHO | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | poder executivo e administração pública | segurança no trabalho | simplificação legislativa | UNIÃO EUROPEIA

Estudo EN

Simplifying EU Environmental Policy

Tipo de publicação Estudo

Data 08-04-2007

Autor externo Andrew Farmer, IEEP

Domínio de intervenção Ambiente | Direito da UE: Ordenamento Jurídico e Atos Jurídicos

Palavra-chave AMBIENTE | ATIVIDADE POLÍTICA | codificação do direito da UE | controlo da poluição | degradação do ambiente | DIREITO | direito da União Europeia | direito do ambiente | fontes e ramos do direito | formalidade administrativa | gestão das águas | gestão de resíduos | impacto ambiental | organismo geneticamente modificado | poder executivo e administração pública | poluição industrial | política ambiental | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | simplificação legislativa | tecnologia e regulamentação técnica | UNIÃO EUROPEIA

Estudo EN

Asylum in the EU Member States

Tipo de publicação Estudo

Data 14-01-2000

Autor externo Stefan Ericsson (Consultant of Public International Law)

Domínio de intervenção Direitos Humanos | Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | ações e recursos | competência dos Estados-Membros | convenção europeia | DIREITO | direito da União Europeia | direito de asilo | direito internacional | direito internacional dos direitos humanos | direitos e liberdades | formalidade administrativa | migrações | poder executivo e administração pública | política de vistos da UE | política internacional | política migratória da UE | QUESTÕES SOCIAIS | RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIÃO EUROPEIA

Resumo This document contains a short description of relevant instruments concerning asylum and refugees, on a global and on a European level, mainly the definition of a refugee, procedural safeguards, accelerated procedures, the safe country of origin and safe third country principles, manifestly unfounded applications, the Dublin Convention (Part I). Part II makes a comparison between the practices of Member States and draws some conclusions as to the level of harmonisation. Part III contains a view of asylum procedures country by country for the 15 Member States.

Estudo EN

Administrative Burdens and Procedural Rules in the EU's Research Programmes and in Those of the Individual Member States - A Comparative Study

Tipo de publicação Estudo

Data 01-12-1998

Autor externo James Stroyan, Erik Arnold and Jackie Senker (Technopolis Ltd, Brighton, UK)

Domínio de intervenção Política de Investigação

Palavra-chave ATIVIDADE POLÍTICA | formalidade administrativa | investigação e desenvolvimento | investigação e propriedade intelectual | poder executivo e administração pública | PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO | programa de investigação

Resumo This study reviews the administrative burdens and procedural rules related to the research programmes run by the EU and individual Member States and develops political options for the improvement of the administrations and organisation of RTD programmes.

Estudo EN

Options for a Definitive VAT System

Tipo de publicação	Estudo
Data	01-09-1995
Autor	PATTERSON Ben
Domínio de intervenção	Assuntos Económicos e Monetários | Mercado Interno e União Aduaneira
Palavra-chave	ATIVIDADE POLÍTICA | comércio internacional | construção europeia | FINANÇAS | fiscalidade | formalidade administrativa | formalidade aduaneira | harmonização fiscal | INTERCÂMBIOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS | IVA | livre circulação de mercadorias | mercado único | poder executivo e administração pública | política aduaneira | UNIÃO EUROPEIA
Resumo	The objective of this study is to provide Members of the Parliament and others with background briefing on the Community's Value Added Tax system, and an examination of options for a 'definitive' VAT system after 1997.
Estudo	EN, FR